



**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
TURISMO**

GEISLANE SANTOS ANDRADE

**A BIOSSEGURANÇA COMO PROPULSORA DO TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA - TBC NA COMUNIDADE SANTA CRUZ, TERRITÓRIO
QUILOMBOLA BREJÃO DOS NEGROS/SE**

ARACAJU-SE
2022

GEISLANE SANTOS ANDRADE

**A BIOSSEGURANÇA COMO PROPULSORA DO TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA - TBC NA COMUNIDADE SANTA CRUZ, TERRITÓRIO
QUILOMBOLA BREJÃO DOS NEGROS/SE**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado
ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado
Profissional em Turismo do Instituto Federal
de Sergipe, como pré-requisito para obtenção
do título de Mestre em Turismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Irinéia Rosa do Nascimento

ARACAJU
2022

Andrade, Geislane Santos.

A553b A biossegurança como propulsora do turismo de base comunitária - TBC na comunidade Santa Cruz, território quilombola Brejão dos Negros/SE. /Geislane Santos Andrade. – Aracaju, 2022.

112f.: il.

Dissertação – Mestrado Profissional em Turismo – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.

Orientador: Prof. Dra. Irinéia Rosa do Nascimento.

1. Turismo. 2. Turismo de Base Comunitária. 3. Sergipe - Turismo. I. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. II. Nascimento, Irinéia Rosa do. III. Título.

CDU: 338.48

GEISLANE SANTOSANDRADE

**A BIOSSEGURANÇA COMO PROPULSORA DO TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA - TBC NA COMUNIDADE SANTA CRUZ, TERRITÓRIO
QUILOMBOLA BREJÃO DOS NEGROS/SE**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado
ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado
Profissional em Turismo do Instituto Federal de
Sergipe, como pré-requisito para obtenção do
título de Mestre em Turismo.

Data de Aprovação: 22/12/2022.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Irinéia Rosa do Nascimento – Orientadora
Instituto Federal de Sergipe - IFS

Prof.^a Dr.^a Carla Norma Correia dos Santos - Avaliadora Interna
Instituto Federal de Sergipe - IFS

Prof.^a Dr.^a Gláucia Barretto Gonçalves - Avaliadora externa
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Prof.^a Dr.^a Laiany Rose Souza Santos – Avaliadora externa
Universidade Federal de Sergipe - UFS

ARACAJU/SE
2022

Dedico este trabalho a minha mãe que sempre acreditou em mim mesmo quando perdi as cores. Sou muito grata por vivenciar essa existência junto a senhora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a toda divindade por toda proteção e direcionamento na produção deste trabalho.

À minha orientadora, a professora Irinéia, por abrir suas portas, me acolher, partilhar seu conhecimento com tanto carinho, respeito e paciência, minha admiração só aumentou a cada encontro.

À Bosco e Wilams pelo incentivo e contribuição nessa caminhada acadêmica, cada dica e partilha foi importante.

Agradeço imensamente as Dandaras, sem elas o trabalho ficaria no campo das ideias, em especial a dona Maria Izaltina, Laudiana e Angela que nos acolheram com respeito e carinho em cada visita na comunidade.

Sou grata a todo apoio da coordenação, a professora Ilka Bianchini pela atenção e respeito, e todos os professores do PPMTUR. A Eunice Filha e Luciano, sempre dispostos a sanar questões burocráticas de forma carinhosa. Ao professor Lício pelo acolhimento desde o início do curso, sempre com bons conselhos e incentivos, e as professoras Eliane Dalmora e Carla Norma por tanto carinho.

A todos os colegas do PPMTUR pela troca de saberes e apoio durante as disciplinas, assim como o apoio do Núcleo de Estudos Agroecológicos (NEA) por todo suporte nessa caminhada.

Agradeço em especial a Leila, minha amiga de longas datas, que nunca deixou de me motivar, me fazer sorrir, e me doar seu amor. A Cintia, por chegar com tanta amorosidade me fazendo ver o mundo com mais simplicidade.

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão - PROPEX e a Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – FAPITEC-SE pelo auxílio financeiro para o desenvolvimento da pesquisa. Ao Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe - CBM/SE, e a Secretaria Estadual de Saúde – SES pela contribuição.

Enfim, agradeço a minha família, e as mulheres importantes da minha vida, minha mãe (Nalvinha) por me acolher e incentivar nessa caminhada, e minha irmã (Gilmara) que em seu colo matriarcal, desde criança, sempre me deu aconchego e incentivo nas horas mais precisas.

Sou muito grata ao universo por essa oportunidade.

RESUMO

Com o advento da crise sanitária mundial, gerada pela pandemia do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2), o setor de turismo vem sofrendo alterações, especialmente no que se refere à biossegurança dos turistas e daqueles que os recebem. Em face do período de pandemia, refletindo sobre as eminentes mudanças pós-pandêmicas, o presente estudo teve como objetivo geral a elaboração participativa de um documento, na forma de uma cartilha física, com orientações sobre biossegurança destinadas às atividades de Turismo de Base Comunitária ofertadas na comunidade Santa Cruz, Território Quilombola Brejão dos Negros/SE. Esse Território Quilombola encontra-se localizado entre os municípios de Brejo Grande e Pacatuba, pertencentes ao Território Baixo São Francisco Sergipano. A pesquisa qualitativa do tipo pesquisa-ação seguiu o método dialético. Para tanto, foram realizadas visitas in loco, visando a aplicação de ferramentas de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) junto aos membros da comunidade. Nas ocasiões, foram utilizadas as seguintes metodologias participativas na obtenção dos dados primários e na promoção de reflexões coletivas: Mapa da comunidade, com ênfase nos atrativos turísticos; Caminhada Transversal pelas trilhas ecológicas; Matriz FOFA no debate sobre a biossegurança na comunidade e Entrevistas Semiestruturadas com o grupo de mulheres que conduzem o TBC no local. Ainda, o levantamento de dados primários contou com a observação da pesquisadora dos fenômenos de ocorrência local. Já os dados secundários foram obtidos através de pesquisas bibliográficas em periódicos e livros que discutem os temas abordados ao longo do trabalho e por meio da consulta em documentos oficiais, necessários para as análises e triangulação das informações. Foram caracterizados os atrativos turísticos do local e identificados pontos de riscos à saúde do turista/visitante e dos membros da comunidade no exercício das atividades turísticas. O estudo do TBC na Comunidade Santa Cruz também trouxe uma reflexão, pautada no olhar dos quilombolas, sobre as implicações da pandemia e do pós-pandemia da COVID-19 para o desenvolvimento da comunidade. Os resultados subsidiaram a construção do produto tecnológico, ou seja, uma cartilha que versa sobre as orientações sobre biossegurança no TBC na Comunidade Santa Cruz. Este documento dará suporte as atividades turísticas, situando a comunidade como uma referência de turismo comunitário seguro e consciente no atendimento ao setor no estado do Sergipe.

Palavras Chave: Turismo Rural Comunitário; Comunidade Tradicional; Saúde Pública.

ABSTRACT

With the advent of the global health crisis, generated by the pandemic of the New Coronavirus (SARS-CoV-2), the tourism sector has undergone changes, especially with regard to the biosecurity of tourists and those who welcome them. In the face of the pandemic period, reflecting on the eminent post-pandemic changes, The present study had as general objective the participatory elaboration of a document, in the form of a physical primer, with guidance on biosecurity for community-based tourism activities offered in the community Santa Cruz, Quilombola Territory Brejão dos Negros/ SE. This Quilombola Territory is located between the municipalities of Brejo Grande and Pacatuba, belonging to the Territory Lower São Francisco Sergipano. The qualitative research-action type followed the dialectical method. . For this, visits were carried out in loco, aiming at the application of tools Participatory Rural Diagnosis (DRP) with community members. On occasions, the following participatory methodologies were used in obtaining primary data and promoting collective thinking: Community map, with emphasis on tourist attractions; Cross-Country Trail Walking; FOFA matrix in the debate on biosafety in the community and Semi-structured interviews with the group of women who conduct the TBC on site. Still, the survey of primary data had the observation of the researcher of the phenomena of local occurrence. The secondary data were obtained through literature searches journals and books that discuss the topics addressed throughout the work and through the through consultation in official documents, analysis and triangulation of information. The tourist attractions of the place were characterized and points of health risks were identified the tourist/ visitor and community members in the exercise of tourist activities. The study of the TBC in the Santa Cruz Community also brought a reflection, based on the quilombolas' eyes, on the implications of the pandemic and the post-pandemic of COVID-19 for the development of the community. The results subsidized the construction of the technological product, that is, a primer on the guidelines on biosafety in the TBC in the Santa Cruz Community. This document will support tourist activities, situating the community as a reference of community tourism in the sector in the state of Sergipe.

Keywords: Community Rural Tourism; Traditional Community; Public Health.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Delimitação Do Território Quilombola Brejão Dos Negros | 27 |
| Figura 2 - Representação Virtual Do Grupo “As Dandaras” | 30 |
| Figura 3 - Desenho Da Pesquisa | 39 |
| Figura 4 - Divulgação Das Atividades de TBC no Território Quilombola Brejão | 43 |
| Figura 5 - Apresentação da proposta de pesquisa para comunidade Santa Cruz | 44 |
| Figura 6 - Entrevista com as Dandaras | 45 |
| Figura 7 - Componentes do Grupo “Trilha Raízes do Quilombo Brejão dos Negros” – elaboração da ferramenta participativa | 57 |
| Figura 8 - Mapa elaborado pelo grupo Trilha Raízes do Quilombo Brejão dos Negros | 58 |
| Figura 9 - “Mapa elaborado pelo o Grupo Rota dos Saberes” | 59 |
| Figura 10 - Casa Grande | 60 |
| Figura 11 - Casa de Farinha | 61 |
| Figura 12 - Lagoa Sumidouro - Comunidade Santa Cruz, Território Quilombola Brejão dos Negros Negros | 62 |
| Figura 13 - Sistematização dos Roteiros Turísticos da Comunidade Santa Cruz | 63 |
| Figura 14 - Apresentação da Matriz SWOT/F.O.F.A para os participantes | 65 |
| Figura 15 - Representação Virtual Das Dandaras | 67 |
| Figura 16 - Centro Comunitário da comunidade Santa Cruz/Brejão dos Negros | 69 |
| Figura 17 - Rua Dona Cristina | 70 |
| Figura 18 - Cozinha Comunitária | 70 |
| Figura 19 - Cruzeiro Local de Manifestação Religiosa a Caminho das Trilhas. | 71 |
| Figura 20 - “A cancela” Entrada para as trilhas | 72 |
| Figura 21 - Terreiro “Centro São João Batista” | 73 |
| Figura 22 - Seguindo para Trilha do Gameleiro | 74 |
| Figura 23 - Árvore que dá nome a Trilha do Gameleiro | 75 |
| Figura 24 - Mangue demarcado por cercas .. | 77 |

| | |
|--|----|
| Figura 25 - Pitaia Fruta Local | 78 |
| Figura 26 - Explicação Introdutória do minicurso sobre Primeiros Socorros | 82 |
| Figura 27 - Procedimentos de Primeiros Socorros (A) massagem cardíaca; (B) controle de sangramento | 83 |
| Figura 28 - Palestra sobre doenças virais e Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA) | 85 |
| Figura 29 - Materiais Informativos (SES) | 86 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|---------------------|---|----|
| Quadro I - | Conteúdo da Cartilha | 40 |
| Quadro II - | Nível de Escolaridade | 48 |
| Quadro III - | Renda das Entrevistadas | 51 |
| Quadro IV - | SWOT/F.O.F.A: “Nossa União Faz A Força” | 65 |
| Quadro V - | Características das Trilhas Turísticas na Comunidade Santa Cruz | 78 |
| Quadro VI - | Classificação das Trilhas do Terreiro e Trilha do Gameleiro | 80 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRASCO - Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ADCT - Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias
APA - Área de Preservação Ambiental
APP - Área de Preservação Permanente
CADASTUR - Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CBM/SE Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe
CDB - Convenção Sobre Diversidade Biológica
CEBES - Centro Brasileiro de Estudos da Saúde
CENEPI - Centro Nacional de Epidemiologia
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAE - Conferência Nacional da Educação Básica
CONEB - Conferência Nacional de Educação Básica
COVID-19 - Doença do coronavírus 2019
DRP - Diagnóstico Rural Participativo
DTHA - Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar
EMDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
EPI,s - Equipamento de Proteção Individual
FIDA - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário
FOFA - Fortalezas, Fraquezas/Debilidades, Oportunidades e Ameaças
GPS - Sistema de Posicionamento Global
HAV - Hepatite Viral A
HEV - Hepatite Viral E
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFS - Instituto Federal de Sergipe
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
NEA - Núcleo de Estudos Agroecológicos do Instituto Federal de Sergipe
OMS - Organização Mundial da Saúde
OMT - Organização Mundial do Turismo
OVMs - Organismos Vivos Modificados
PCDs - Pessoas Com Deficiências

PIB - Produto Interno Bruto

PNI - Programa Nacional de Imunização

PPMTUR - Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo

PROPEX - Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão do IFS

SARS-COV-2 - Síndrome Respiratória Aguda Grave de Coronavírus 2

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUS - Sistema Único de Saúde

SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats (*forças, fraquezas, oportunidades e ameaças*)

TBC - Turismo de Base Comunitária

UFS - Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1.0 | INTRODUÇÃO | 15 |
| 2.0 | OBJETIVOS | 21 |
| 2.1 | Geral | 21 |
| 2.2 | Específicos..... | 21 |
| 3.0 | BASE TEÓRICA | 22 |
| 3.1 | As Novas Ruralidades e a emergência do Turismo de Base Comunitária - TBC | 22 |
| 3.2 | Território Quilombola de Brejão dos Negros: da origem ao desenvolvimento do TBC | 26 |
| 3.3 | Biossegurança para Práticas Turísticas | 31 |
| 4.0 | PERCURSO METODOLOGICO | 36 |
| 5.0 | RESULTADOS E DISCUSSÃO | 42 |
| 5.1 | A trajetória do estudo na Comunidade Santa Cruz..... | 42 |
| 5.2 | As atividades de TBC na Comunidade Santa Cruz/Território Quilombola Brejão dos Negros | 42 |
| 5.2.1 | As Dandaras: mulheres que fazem o TBC na comunidade Santa Cruz | 44 |
| 5.3 | Os roteiros turísticos da Comunidade Santa Cruz: o olhar das Dandaras | 56 |
| 5.3.1 | A percepção das Dandaras sobre o TBC durante e no pós pandemia e a perspectiva de elaboração de um protocolo de Biossegurança | 64 |
| 5.4 | Caminhada Transversal: conhecendo os aspectos ambientais e de segurança das trilhas na Mata da Comunidade Santa Cruz | 68 |
| 5.5 | Ações de promoção ao Protocolo de Biossegurança | 80 |
| 5.5.1 | Oficina sobre Primeiros Socorros para Práticas Turísticas | 81 |
| 5.5.2 | Palestra sobre cuidados preventivos de saúde para práticas turísticas | 84 |
| 6.0 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 88 |
| | REFERENCIA BILIOGRÁFICA | 90 |
| | APÊNDICES | |

1.0 INTRODUÇÃO

O turismo é definido pela Organização Mundial do Turismo - OMT (2001), como as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras. Pode remeter ao turista a ideia de férias, ao empreendedor a ideia de lucro, aos trabalhadores a ideia de geração de emprego e renda e à comunidade autóctone a ideia de desenvolvimento local (SCÓTOLO e PANOSSO, 2015).

O setor de turismo tem uma contribuição significativa na economia do estado de Sergipe, sendo responsável pela geração de mais de 7 mil empregos, com uma participação de 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso significa que o turismo movimenta 1,2 bilhão de reais/ano na economia sergipana (ALESE, 2020). Deve ser ressaltado que, existem atividades terceirizadas que não são diretamente ligadas ao turismo, contanto, interfere em toda cadeia, como aluguéis de imóveis e transportes, produtos artesanais, serviços de lavanderias para hotéis, fazendo esses valores serem mais elevados (ALESE, 2021, p. 65).

Diante das diversidades paisagísticas dos territórios e seus expoentes para o turismo, o estado de Sergipe encontra-se dividido em cinco polos turísticos: Polo Velho Chico, que abrange 17 cidades; Polo Costa dos Coqueirais, composto por 13 municípios; Polo Sertão das Águas, com 13 representantes; Polo Serras Sergipanas, com mais 15 municípios e, por fim, o Polo dos Tabuleiros, que engloba 17 cidades (SETUR, 2019).

O patrimônio natural, histórico e cultural presentes nos diferentes territórios de Sergipe permite o desenvolvimento do turismo em diversos segmentos como, o turismo de sol e praia; o de negócios e eventos; o náutico; o histórico-cultural; o de aventura e ecoturismo, possibilitando a construção de roteiros turísticos voltados para diferentes públicos, possíveis de agregar aspectos referente a religiosidade, a cultura local, a gastronomia, a história, o artesanato, o meio ambiente e outros aspectos de interesse do turista/visitante.

Ainda, os polos turísticos do estado de Sergipe apresentam potencial para a promoção do Turismo Rural e o Ecoturismo como modelos de planejamento de turismo voltados ao desenvolvimento local, seguindo uma lógica de sustentabilidade dos segmentos produtivos. Nesta perspectiva de regionalização das atividades

turísticas, se englobam as regiões e/ou roteiros em que as comunidades receptoras assumem o papel de atores principais na oferta dos produtos e serviços turísticos. Estes produtos e serviços ofertados por comunidades locais é denominado de “turismo de base comunitária” (BARTHOLO, *et al.* 2009).

De acordo com Mendonça (2009), o Turismo de Base Comunitária - TBC surge como uma nova possibilidade de gestão com foco na autonomia e empoderamento das comunidades diante do modelo hegemônico de desenvolvimento turístico que desconsidera os desejos e necessidades das comunidades receptoras.

Dentre os polos turísticos sergipanos, o Costa dos Coqueirais se destaca pela e riqueza de possibilidades de desenvolvimento do turismo e por sua importância econômica significativa, que pode ser observada a partir da contribuição do PIB estadual, em torno de 60% de arrecadação. O polo abrange uma extensão territorial no litoral sergipano de 163 km, que integra três regiões litorâneas, ou seja, a região do Baixo São Francisco (Norte), a Grande Aracaju e o Sul Sergipano (BRASIL, 2013, p. 62). O litoral Norte é composto pelos municípios de Brejo Grande, Pacatuba e Pirambu. A região se distingue pelos ecossistemas variados com Área de Preservação Ambiental - APA que abarca a foz do Rio São Francisco com roteiros fluviais turísticos ecológicos (BRASIL, 2013, p. 65).

Neste polo emergem algumas experiências de Turismo de Base Comunitária, entre elas, as atividades realizadas na comunidade Santa Cruz - Território Quilombola Brejão dos Negros, localizado entre as cidades de Brejo Grande e Pacatuba. As águas do Velho Chico e do Oceano Atlântico influenciam profundamente a dinâmica social, econômica e cultural das comunidades local [...]. Além de Santa Cruz, o território quilombola é composto pelas comunidades tradicionais de Brejão, Carapitanga, Guaratuba, Saramém e Resina (PINHEIRO, 2018).

No Território Quilombola Brejão dos Negros a agricultura e a pesca são as principais atividades econômicas desenvolvidas a partir do modelo de Agricultura Familiar. Ainda, evidenciam-se os cultivos de feijão, de mandioca, de arroz, de cana de açúcar, de coco da baía, pequenas criações de animais, e a prática do extrativismo nas áreas de formação de mangue da região (NEA, 2019). Estas atividades garantem o sustento das famílias e a geração de renda e de trabalho. Nos últimos anos, o turismo vem ganhando espaço no território quilombola, a partir de iniciativas de Turismo de Base Comunitária, gerenciadas especialmente pelas mulheres da comunidade Santa Cruz.

No ano de 2020 as atividades de turismo em todo o mundo foram radicalmente afetadas com o advento da pandemia do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2) que desenvolve a doença COVID-19, fato que gerou mudanças obrigatórias na condução das atividades, a partir de um novo olhar para o setor. Beni (2012), trouxe a complexidade das relações estabelecidas nas práticas turísticas que, quando em desalinho podem desencadear mudanças no setor, quando enfatizou que, tal qual um sistema aberto, ele está em contínua simbiose com quatro amplos e complexos cenários conectados à base de um conjunto de relações ecológicas, sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, o turismo está sujeito a vetores de transformações de diferentes ordens e origens, que possam interferir nestas relações quando estabelecidas.

Considerando as medidas de isolamento social impostas pela pandemia, verificou-se um declínio das atividades turísticas e, conseqüentemente, a queda do faturamento do setor. De acordo com o Ministério do Turismo, em 2019 o setor registrou um faturamento R\$ 238,6 bilhões de reais, porém em 2020 com a chegada da pandemia do Coronavírus ao Brasil, o setor registrou uma queda no faturamento com a arrecadação de R\$ 165 bilhões de reais (FGV, 2020). Desde o início da pandemia até julho de 2022 o setor acumulou perda de mais de R\$ 500 bilhões de reais (GUARDIA, 2022).

Diante da crise sanitária mundial gerada pela pandemia do Novo Coronavírus e considerando que a Organização Mundial de Saúde - OMS (2020), ressaltou que a vacina contra a COVID-19 ainda é incerta nos resultados, é crescente a preocupação com o setor e seus desdobramentos. Mesmo com o final do período de maior isolamento social, possibilitando o retorno paulatino das atividades turísticas, evidenciam-se fatores socioeconômicos de grande influência no desenvolvimento do turismo, a exemplo da queda de renda da população em geral, do receio de contaminação pela COVID-19, da desarticulação de alguns roteiros turísticos, entre outros fatores.

Desta forma, os primeiros cenários indicam que a demanda pelos serviços de turismo e dos setores relacionados não será a mesma, já que a predisposição para gastos em viagens ainda estará condicionada a uma maior confiança na segurança sanitária do destino a ser visitado (FGV, 2020).

Diante deste quadro, o retorno das atividades de TBC são as mais preocupantes, tendo em vista, que estas diferenciam-se das demais práticas de

turismo pela aproximação e contato dos turistas/visitantes com os membros da comunidade, fato que pode elevar o risco de disseminação e propagação do vírus em questão. Em decorrência, pode desmotivar a visitação em comunidades rurais, desarticulando a proposta do TBC, como uma das alternativas de incremento da renda familiar.

Simões Cardoso (2021, p. 03), enfatizou que a pandemia trouxe múltiplos desafios para o TBC no Brasil, talvez, uma quantidade considerável de iniciativas, sobretudo aquelas que não conseguiram consolidar os processos de autogestão social e planejamento estratégico, tenham dificuldades de retomar suas atividades no processo de reabertura da atividade turística. Desse modo, num contexto de uma sociedade atravessada por múltiplas crises – política, econômica, social e sanitária, faz-se necessário do ponto de vista acadêmico e social avançar no conhecimento dessas experiências e das comunidades que as protagonizam.

A partir de então, se questiona sobre as atuais necessidades das comunidades que têm no turismo uma das alternativas de geração de renda e de sustento familiar. No caso da pesquisa em tela surgiram indagações a respeito do desenvolvimento do TBC nas comunidades rurais do território quilombola Brejão dos Negros e as condições de biossegurança destes locais.

Estes questionamentos se tornaram pertinentes diante do entendimento de que, os procedimentos de segurança preconizados pelo Ministério do Turismo não contemplam todas as realidades do Turismo de Base Comunitária, especialmente aqueles referentes às comunidades rurais. Assim, a presente pesquisa teve como cerne a elaboração participativa de um documento, na forma de uma cartilha física, com orientações sobre biossegurança destinadas às atividades de Turismo de Base Comunitária ofertadas na comunidade Santa Cruz, Território Quilombola Brejão dos Negros/SE.

A construção das orientações de biossegurança para e com a Comunidade Santa Cruz, corrobora para a adequação das atividades de TBC em face a pandemia e pós pandemia da COVID-19. Para isso, foram traçados três objetivos específicos: (i) caracterizar os sujeitos sociais que conduzem o TBC na comunidade e as suas percepções quanto biossegurança; (ii) identificar e caracterizar os atrativos e os roteiros turísticos da comunidade, a partir da ótica da segurança; (ii) analisar, junto à comunidade, as condições de biossegurança e a possibilidade de implementação das orientações nas atividades de turismo comunitário.

Estas demandas surgiram a partir das seguintes problemáticas: Quais os reflexos da pandemia da COVID-19 nas atividades de TBC na Comunidade de Santa Cruz? A partir de então, quais os procedimentos que deveriam ser implementados visando a segurança do turista/visitante, afim de garantir e promover o turismo?.

Na condução da pesquisa foi adotado o método dialético, e como tipo de pesquisa qualitativa, a pesquisa-ação. A pesquisa-ação foi proposta na perspectiva do entendimento das relações existentes na comunidade e de corroboração para a efetivação de mudanças no processo turístico, com a ascensão dos cuidados preventivos de saúde tanto da comunidade, quanto de seus turistas/visitantes. Seguindo esta linha de pensamento, a pesquisa decorreu por três categorias de análises, a saber: (i) o Turismo de Base Comunitária e suas implicações na agricultura familiar; (ii) o Território Quilombola Brejão dos Negros e a Comunidade Santa Cruz frente as atividades de TBC; (iii) as Práticas de Biossegurança para o Turismo.

O trabalho trouxe a luz conceitos importantes e o diálogo sobre a relação das novas ruralidades e o Turismo de Base Comunitária, e sobre as atividades de turismo desenvolvidas na Comunidade de Santa Cruz, buscando o entendimento da contribuição do turismo como uma alternativa de geração de renda e forma de inserção no mercado. Ainda, discute a Biossegurança para Práticas Turísticas, dentro do contexto histórico da política pública de saúde no Brasil e da realidade atual que a pandemia do novo coronavírus.

Como resultado foi construído um produto tecnológico, ou seja, um documento com orientações de Biossegurança para o TBC, em formato de uma cartilha física. O documento foi elaborado a partir necessidades local e das demandas evidenciadas pela comunidade Santa Cruz. O documento teve como base o Manual Para o Desenvolvimento e a Integração de Atividades Turísticas com Foco na Produção Associada (2011), que busca agregar valor aos destinos visitados e os procedimentos regularizados oficialmente, a exemplo do Protocolo de Manejo Clínico do Coronavírus (COVID-19) na Atenção Primária à Saúde – Versão 7 do Ministério da Saúde (2021).

A cartilha foi elaborada de forma multi e interdisciplinar, contando com as parcerias de instituições relacionadas à saúde e à segurança pública estadual, além do aporte técnico-científico do Núcleo de Estudos Agroecológicos do Instituto Federal de Sergipe – NEA/IFS. Seguiu os princípios éticos, com a participação da comunidade nas definições das suas prioridades, visando garantir serviços de turismo que sejam

direcionados pelas orientações de biossegurança de forma contínua, assegurando melhor confiabilidade e acolhimento aos turistas/visitantes na comunidade.

2.0 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Elaboração participativa de um documento, na forma de uma cartilha física, com orientações sobre biossegurança destinadas às atividades de Turismo de Base Comunitária visando a hospitalidade de turistas e visitantes na comunidade Santa Cruz, Território Quilombola Brejão dos Negros/SE

2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar os sujeitos sociais que conduzem o TBC na comunidade e as suas percepções quanto biossegurança;
- Identificar e caracterizar os atrativos e os roteiros turísticos da comunidade, a partir da ótica da segurança;
- Analisar, junto à comunidade, as condições de biossegurança e a possibilidade de implementação das orientações nas atividades de turismo comunitário;

3.0 BASE TEORICA

3.1 As Novas Ruralidades e a emergência do Turismo de Base Comunitária - TBC

De acordo com Souza (2019), o processo de intensificação da industrialização a partir da década de 40 no Brasil, gerou difusões culturais, a ruptura da “civilização rustica”, levando a dicotomia do rural ao urbano. As décadas de 60 e 70, foram marcadas pela intensificação da industrialização no campo, através dos processos de modernização e posteriormente a globalização. O modelo de desenvolvimento rural adotado no país, baseado na mecanização e na monocultura, teve como consequência, o incremento da pobreza, a degradação ambiental e marginalização dos agricultores familiares.

Diante destas consequências, surgem os questionamentos sobre a função do espaço rural, trazendo a luz que, no espaço rural podem ser ofertados tanto as atividades agrícolas, quanto as não agrícolas (SOUZA, 2019).

Segundo Graziano (1997):

O espaço rural não pode mais ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além dele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multi-propósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas (GRAZIANO, 1997, p. 28).

De acordo com Souza (2019), o mundo rural não pode mais ficar limitado por suas bases agrícolas, onde a diversidade, a pluriatividade e a multifuncionalidade impactam diretamente as transformações e o desenvolvimento da agricultura, assim como colabora com a construção de um padrão no equilíbrio entre o rural e o urbano.

Entre as atividades não agrárias possíveis de serem desenvolvidas no meio rural, destaca-se o turismo. Assim, o Turismo de Base Comunitária busca a preservação da cultura e do patrimônio local através do uso sustentável dos recursos, incentivando o desenvolvimento do espaço rural e pode ser entendido como, conjunto de atividades comprometidas com a produção agropecuária que agrega valor a produtos e serviços, que resgata e promove o patrimônio cultural e natural da comunidade (MTUR, 2010, p. 11).

Por outro lado, uma característica do TBC no Espaço Rural é a capacidade limitada de atendimento ao turista/visitante. Dentro da oferta turística das comunidades rurais, em sua maioria, dispõe de poucos recursos, ou até mesmo pela preocupação em limitar a quantidade de visitação para manter a preservação dos recursos naturais e culturais das comunidades rurais (MTUR, 2010). Este fato o diferencia do turismo de massa.

Neste cenário a agricultura familiar ganha destaque na oferta de atividades turísticas que resgatam a história do campesinato e surge como mais uma alternativa de renda e trabalho, agregando mais valor as atividades que sempre existiram no meio rural. Para Silvestre (2018), das características da família agricultora e das atividades desenvolvidas, tem sido possível desenvolver estratégias não agrícolas para renda extra, como é o caso do turismo.

Seguindo esta linha de raciocínio, o espaço rural não é só o local de desenvolvimento de atividades agrárias, é também um lugar de lazer e apreciação de diferentes paisagens, de experiências e vivências diferenciadas das existentes no meio urbano. A valorização dos elementos locais traz um “novo” significado determinando o avanço das atividades turísticas em comunidades de diferentes conformações. Para tais experiências têm-se atribuído genericamente o título de Turismo de Base Comunitária – TBC ou Turismo Comunitário, que tem sido apresentado como uma alternativa para a mitigação dos problemas encontrados na realidade de diferentes comunidades tradicionais, dentre elas as comunidades rurais (FABRICIO, 2013).

Mielke e Pegas (2013), associaram o aparecimento de novas metodologias de trabalho na área do turismo em frente a conjuntura econômica da década de 80. Destacaram que, desde que o turismo passou a ser usado de forma estratégica como um meio de redução da pobreza, foram iniciados quase que concomitantemente: o Ecoturismo e o Turismo de Base Comunitária - TBC.

Schneider (2003), colaborou na conceituação do TBC no meio rural, quando ressaltou que, é um fenômeno através do qual, membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Para Mendonça (2009), o TBC surge como uma nova possibilidade de gestão com foco na autonomia e empoderamento da comunidade diante do modelo

hegemônico de desenvolvimento turístico que desconsidera os desejos e necessidades das comunidades receptoras.

Oliveira *et al.* (2021), concebem o Turismo de Base Comunitária como um tipo de turismo que tem como características o interesse do grupo social e o protagonismo voltado ao desenvolvimento local. Diante a transversalidade do turismo, Gómez *et al.* (2015), destaca que comunidades tradicionais, como quilombolas, aldeias de índios, agricultores rurais, vilas de pescadores e de agricultores rurais, buscam no modelo do TBC como uma das alternativas que colabora com a redução da pobreza.

Essa “reinvenção social” do espaço rural agrega funções sociais, culturais e ambientais às já existentes, e contribui para uma formação do capital social que Irving e Mendonça (2004), sublinharam como “*o conjunto dos elementos de valores partilhados, cultura, tradição, saber acumulado, redes de solidariedade, expectativas de comportamento recíproco*”. Os atores sociais são sujeitos sociais, que passam a ser protagonistas em prol do bem-estar coletivo (IRVING e MENDONÇA, 2004).

Irving (2009), aponta que o TBC não deve ser notado de forma singela vindo de um grupo social desamparado que atrai turistas/visitantes a partir da excentricidade, mas como uma oportunidade de partilhar vivências, saberes, culturas onde “*são reconstruídos laços de diferença e solidariedade, que envolvem o sentido de comunidade e pertencimento*” (IRVING, 2009, p. 111).

Esse modelo emerge como um contraponto ao turismo de massa, focando o modo de vida como o principal atrativo na troca de experiência entre turistas/visitantes e anfitriões (GÓMEZ *et al.* 2015). É preciso ter uma participação coletiva da comunidade, de forma horizontal, aberta as colaborações externas de turistas, financiadores, instituições de pesquisa e que possa abrir os horizontes de forma consciente e esteja disposta e preparada para ser protagonista do desenvolvimento turístico do seu território (DIOGO, 2010).

O TBC pode ser entendido como uma inovação social. A inovação social começa quando os produtos agrícolas agregam valor cultural, social, econômico, e influencia diretamente na diminuição do êxodo rural, e na melhoria da infraestrutura local promovendo uma melhor condição na qualidade de vida das famílias tradicionais, através da autogestão e empoderamento da comunidade (MTUR, 2010, p. 11).

De acordo com Maurer (2011, p. 35), “*as inovações sociais são entendidas como soluções inovadoras para os problemas ou para as necessidades sociais de determinado grupo ou sociedade*”. Para Gómez *et al.* (2015), a comunidade converte-

se como protagonista quando planeja e tem controle turístico sobre o espaço turístico que a promove empoderamento e estimula inclusão social, devido a adoção de métodos participativos e buscam por soluções de problemas que perpassam por questões econômica, social, ambiental, político e/ou cultural por meio da cooperação (GÓMEZ *et al.* 2015).

É a partir dessa perspectiva de multifuncionalidade, a diversificação, sociabilidade e desenvolvimento que remete a reflexão sobre o turismo no espaço rural (SOUZA, 2019). A transversalidade do turismo mostra a importância das comunidades, do trabalho em rede, tendo o Turismo de Base Comunitária como mais uma alternativa como complemento de renda, propondo uma melhor qualidade de vida para comunidade.

Deste modo, a função espacial e ambiental está vinculada a capacidade do TBC em mobilizar elementos do ambiente natural, transformando-o, a organização e o exercício da coletividade propondo garantir os direitos e fomentar recursos na busca de melhorar o desenvolvimento nesse espaço rural (SOUZA, 2019).

Considerando o aspecto cultural das atividades de TBC, que atrai um público diferenciado das práticas de turismo de massa, Butler (1999), ressalta que a perspectiva de análise das performances turísticas e rituais contemporâneos e as próprias práticas sociais que constituem novas culturas especialmente construídas para um público estrangeiro, passam a ser o significado da cultura para consumo e são construídos e levados a outro perfil de público, o estrangeiro (BUTLER, 1999).

É necessário estudar a interação entre os atores do turismo, mas também o contexto político e econômico em que se encontram, analisando as relações sobre o lugar, o destino, o global e o local. Assim, cidades com vocação para a cultura e como um celeiro de grandes talentos, inseridas nesse conceito, precisam investir de forma cada vez mais planejada e articulada, criando leis e políticas locais que propiciem investimentos majorados para a cultura e renda e se tornando mais inclusivas, em busca do desenvolvimento sustentável (REIS e URANI, 2011).

Beni (2012), afirma que *“o produto cultura, a partir do momento em que expressa um valor econômico em razão da existência da demanda turística, assume todas as formas possíveis de um produto de mercado”* e é nesse momento que é importante planejar a atividade turística de forma sustentável, além da necessidade de preservação dos rituais, saberes e fazeres das comunidades locais para que as gerações futuras possam continuar com as bases culturais.

3.2 Território Quilombola de Brejão dos Negros: da origem ao desenvolvimento do TBC

A exploração do território sergipano tem início no final do século XVI, com as doações das sesmarias. As terras litorâneas foram utilizadas para o cultivo da cana-de-açúcar, enquanto a pecuária se expandia para as terras interioranas. A produção de cana de açúcar era centrada na monocultura e na mão de obra de pessoas escravizadas.

Em 1808 o Brasil passa a ser sede do império português, deixando de ser colônia, porém, isso não quer dizer que o colonialismo e suas características implícitas, perversas e criminosas, a exemplo da escravidão, deixaram de existir. De acordo com Quijano (2010), a colonialidade nem precisa da existência em lei para continuar existindo, ela se reinventa em novos cenários quando polariza, subalterniza, invisibiliza grupos, dissemina ódio e massifica a opressão.

Nesse escopo, surgem os primeiros quilombos que se originaram da fuga e da organização e da insurreição dos negros (PINHEIRO, 2018). Em Sergipe as revoltas dos negros cativos, aconteceram a partir da segunda metade do século XIX, segundo levantamento documental, sua concentração foi na Zona da Mata, região onde ainda concentra maior número de engenhos.

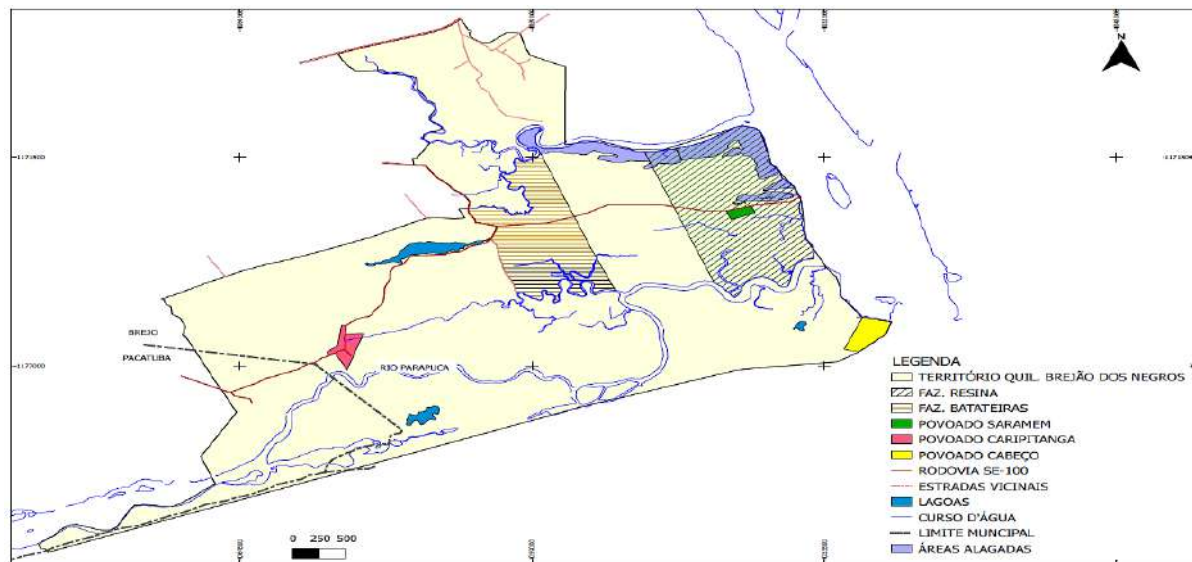
A região de Brejo Grande/SE foi palco da instalação de engenhos que ao longo dos anos perderam sua representatividade econômica e teve seu poderio ameaçado com a desvalorização da cana-de-açúcar produzida no Brasil, indicando a finalização deste ciclo econômico. De acordo com Conceição (2019), na região há um predomínio de muitos engenhos de cana de açúcar, o que remete ao passado a presença de uma grande quantidade de negros escravizados que trabalharam nesses engenhos (CONCEIÇÃO, 2019, p. 102).

A desarticulação da produção de cana-de-açúcar, abriu portas para que ocorressem negociações entre pessoas escravizadas e senhores de engenho, quanto a ocupação de terras na região. Essas pessoas que foram escravizadas passaram a ocupar as áreas alagadas da região, de menor valor econômico na época, dando origem a ocupações que atualmente constituem o Território Quilombola Brejão dos Negros (PINHEIRO, 2018).

O Território Quilombola Brejão dos Negros (figura 1) está localizado entre os municípios de Brejo Grande e Pacatuba, situado na região norte de Sergipe, no Baixo

São Francisco, ou Foz do São Francisco, na divisa entre o estado de Sergipe e Alagoas. A 138 km da capital Aracaju, a região é reconhecida pelas suas belezas naturais, onde o encontro das águas do rio com o mar torna-se um atrativo que fortalece o turismo, a pesca artesanal, o comércio local e as atividades agrícolas com destaque para o cultivo de cana-de-açúcar, arroz e coco (PINHEIRO, 2018, p. 23). O Território é representado pela Associação da Comunidade de Quilombo de Brejão dos Negros, composto pelas comunidades de: Brejão dos Negros, Resina, Carapitanga, Guaratuba e Saramém.

Figura 1: Delimitação do Território Quilombola Brejão dos Negros



Fonte: INCRA-SE (2015).

Na Constituição Federal de 1988, é preconizado no artigo Art. 216. “*Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira*”, nos quais incluem no § 5º que “*ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos*”. E garantida pela norma jurídica constitucional do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, que dispõe no Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (PINHEIRO, 2018, p. 19).

A história do Território Quilombola é marcada pelas lutas pela posse da terra. Conceição (2019, p. 51), enfatiza que a busca pela ordem social, se dá através de

lutas dos sujeitos sociais, no intuito de garantir seus direitos a moradia, terra, dignidade, legalidade jurídica. Sempre marcadas por conflitos entre grupos que defendem interesses opostos, especialmente quando se trata da regularização fundiária de terras quilombolas.

Assim, a comunidade de Brejão dos Negros foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em julho de 2006, com 486 famílias reconhecidas como remanescente de quilombo, no entanto, até a data desta pesquisa a situação fundiária referente a uma área de 8.125,5558 hectares está aguardando a certificação, endossado pelo processo de Nº 54370.000952/2006-48, aberto desde 2006 junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (CPISP, 2021).

De acordo com Saquet e Silva (2008), *“o espaço social corresponde ao espaço humano, o homem que trabalha, que vive em sociedade e historicamente faz desse lugar o ambiente para sua própria reprodução”*. O território vai além do poder, é preciso levar em consideração as relações sociais dos atores que o integram.

Para Santos (1978), o espaço geográfico em sua totalidade é movimento, abstrato e não pode ser reproduzido, tudo que enxergamos é o espaço que se impõe a tudo e a todos. Esse espaço precisa ser compreendido por sua economia, cultura, política, ou seja, é o espaço historicizado. Isto posto, seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, (...) a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente. (...) Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial (SANTOS, 1979, p. 42-43).

Diante a dialética marxista, esse espaço definido por Santos (1978), coloca o homem como centro dessa totalidade. Mais adiante, Santos (1996), destaca que, é nesse espaço que se constitui no território a construção de valores através da organização histórica. O espaço não se produz, o que se produz é o uso do território. O autor ainda ressalta que *“o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais, espirituais e do exercício da vida”*. Portanto, a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço,

já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima (SANTOS, 1996, p. 51).

Santos (1996), salienta que “*o território é natureza, as obras dos homens e a ação humana*”, nesse contexto o sentimento de coletividade, a construção social e intenção dos atores sociais é que irão formar o mundo como existe, sempre pensando no futuro.

A partir dos anos 2000, o Território Brejão dos Negros passou ser olhado como local de desenvolvimento do turismo de gestão comunitária, considerando as belezas naturais e a cultura quilombola. Para Noronha (2015, p. 48) o turismo surge como uma das alternativas para promoção do desenvolvimento sustentável local, buscando na sua autenticidade a troca diante a experiência turística em quilombos, sendo o turismo uma via de valorização do patrimônio cultural e natural da comunidade. Segundo Barreto (2007),

tendo por base não somente a história, mas também a antropologia passou-se a entender que os seres humanos produzem não apenas arte, mas também ciência, técnica, saberes, máquinas, remédios, história, costumes, receitas de cozinha, formas de relacionar-se com os vizinhos e que tudo isso constitui o legado cultural, a herança que nos deixaram e que deixarem. Como consequência, o patrimônio deixou de ser definido pelos prédios onde viviam reis, duques e marques e pelas esculturas que os ornavam, passando a ser visto como o conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e formas de vida cotidiana de todos os segmentos que fizeram parte do passado e fazem parte do presente da sociedade (BARRETO, 2007, p. 113 -114).

As atividades de turismo, de gestão comunitária, vêm sendo desenvolvidas por um grupo de mulheres da comunidade Santa Cruz, denominado de As Dandaras, fazendo menção a representatividade e resistência a Dandara dos Palmares, reconhecendo sua trajetória como heroína que lutava batalhas e ataques a Palmares, sempre perseguindo o ideal de liberdade (ROCHA e ROCHA, 2019).

Figura 2 - Representação Virtual do Grupo “As Dandaras”



Fonte: Página @as_dandaras_no Instagram¹

A (figura 2) é uma das representações virtuais que o grupo *As Dandaras* usa nas redes sociais como: o *facebook* e *instagram*, apresentando as atividades que o grupo desenvolve de TBC e fortalecendo a identidade das mulheres que estão a frente buscando se atualizar diante o mundo virtual. Isso reforçou a ideia de confeccionar a cartilha para que possa ser compartilhada pelo grupo, e assim fortalecendo a publicidade dos cuidados que serão adotados. O grupo se organiza na condução de trilhas, fornecendo e compartilhando as experiências da culinária baseada na tradição quilombola e promovendo visitas nos espaços culturais de representatividade histórica da comunidade.

Cruz (2010), destacou que:

Percebemos mulheres e homens remanescentes de quilombos com práticas sociais que destoam da visão do mundo individualista, que contribuem com seus modos de vida para constituir práticas que se situam em outras perspectivas tanto do ponto de vista das relações interpessoais quanto das

¹ Disponível em [@as_dandaras_TBC - Brejão dos Negros \(@as_dandaras\) • Fotos e vídeos do Instagram](#) Acesso em 11 de nov. 2022.

relações com a natureza; são valores diferentes das sociedades industrialistas (CRUZ, 2010).

Desta forma que Bertoldi e Braga (2011), evidenciam a importância do papel das mulheres nas atividades que são exercidas no TBC, a busca pela valorização do trabalho, empoderamento feminino, e a luta por fomentarem um futuro melhor para as mulheres e homens que ainda estão por vir (BERTOLDI e BRAGA, 2011).

3.3 Biossegurança para Práticas Turísticas

Para compreensão da biossegurança voltada às práticas turísticas, se faz necessário reportar, de antemão, a trajetória da saúde no Brasil. A Política de Saúde no Brasil é preconizada pela Constituição Federal, conhecida como a Constituição Cidadã de 1988, que diante o crescimento do êxodo rural e o aumento no desemprego no país, após muitos movimentos e lutas, surge como divisor de águas para ações que buscam garantir condições favoráveis de acesso à saúde da população do país, considerando que a maior parte não tinha acesso.

No final da década de 70, os movimentos populares, os trabalhadores formais, os profissionais da saúde, entre outras categorias de trabalhadores, se uniram em favor da luta pela cidadania. Na ocasião, segundo Golveia e Palma (1999), o movimento feminista, a luta antimanicomial, o novo sindicalismo, além de inúmeras organizações não-governamentais e outras entidades da sociedade civil, insatisfeitos com o abandono da garantia a saúde pública, começaram a reivindicar um plano de atenção à saúde e investimentos na área.

Ainda nesta década, o Movimento Popular de Saúde, que lutava por melhores condições de saúde e saneamento básico, conquistou novos espaços de atendimentos para a população como as unidades básicas de saúde. Este fato é visto como o “pontapé” das ações de controle social das populações, tendo em vista, a participação direta do usuário do sistema através de representantes civis nos conselhos que coordenavam as verbas da saúde. A partir de então, foi criado ainda na década de 70 o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES) e a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO).

Essas associações junto aos movimentos populares deram início ao Movimento da Reforma Sanitária que defendia a saúde como direito do indivíduo e dever do

Estado de forma universal, ou seja, todos tinham direito de ser assistido independente de contribuir ou não com a Previdência Social (MS, 2010).

Assim, na Constituição Federal de 1988, foi preconizado no Art. 196 que: “*A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação*”. Firmando definitivamente a criação do Sistema Único de Saúde - SUS, que trouxe como garantia o direito a universalização aos serviços, a descentralização, a integralidade das ações de saúde e controle social, tornando-se determinantemente essenciais no processo de efetivação da política de saúde no Brasil.

O planejamento em saúde pública passou a ser responsabilidade das três esferas do poder: federal, estadual e municipal, visando à efetivação dos serviços a serem ofertados a população com políticas de saúde voltadas a públicos-alvo de forma universal. Com propostas e metas a serem alcançadas a partir da integração dos gestores e técnicos da vigilância em saúde, buscou-se ampliar ações de prevenção e controle das doenças de acordo com a necessidade apresentada pela população em seu território.

As ações de vigilância epidemiológicas implementadas no SUS passou a ter papel importante no controle de doenças. Cria-se o Centro Nacional de Epidemiologia (CENEPI) em 1990, fortalecendo as ações de vigilância, prevenção e controle das doenças (MS, 2010).

Uma década depois, em 29 de janeiro de 2000, em Cartagena na Colômbia, foi realizada a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) adotando o primeiro acordo conhecido como Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que visa assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguros dos organismos vivos modificados (OVMs), resultantes da biotecnologia moderna que possam ter efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, levando em conta os riscos para a saúde humana, decorrentes do movimento transfronteiriço (BRASIL, 2010).

No Brasil a biossegurança começou a ser institucionalizada a partir da década de 80 quando o país adota parte do Programa de Treinamento Internacional em Biossegurança ministrado pela OMS, com o objetivo de estabelecer pontos focais na América Latina para o desenvolvimento do tema. Desta forma, foi sancionada pelo

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através Lei de Biossegurança Nacional – N° 11.105, de 24 de novembro de 2005, que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados. Por biossegurança,

compreende um conjunto de ações destinadas a prevenir, controlar, mitigar ou eliminar riscos inerentes às atividades que possam interferir ou comprometer a qualidade de vida, a saúde humana e o meio ambiente. Desta forma, a biossegurança caracteriza-se como estratégica e essencial para a pesquisa e o desenvolvimento sustentável sendo de fundamental importância para avaliar e prevenir os possíveis efeitos adversos de novas tecnologias à saúde (MS, 2010, p. 15).

Seja por necessidade pessoal, ou urgência humanitária, o intenso e crescente fluxo de pessoas, informações, conhecimentos, tecnologias e agentes químicos, biológicos e patogênicos entre as diversas partes do globo já não se limitam às fronteiras dos estados-nação (MS, 2019).

Wallace (2020), enfatiza que o Sars-CoV-2 provavelmente tenha surgido através dos alimentos de origem silvestres comercializados no mercado de Wuhan na China, contudo não significa que foram retirados do seu habitat natural, uma vez que muitos são criados em “cativeiros” e devido as más condições de higiene, alimentação e uso descontrolado de medicamentos, colaborou com a reestruturação de novas cepas difundindo a doença COVID-19 transmitida de um ser humano para outro.

Após 115 países declararem casos de infecção, em março de 2020, durante uma conferência em Genebra, a Organização Mundial da Saúde - OMS eleva o novo coronavírus (SARS-CoV-2) a classificação para pandemia, devido a disseminação geográfica rápida que a COVID-19 apresenta, em uma escala de tempo muito curta (OMS, 2020). Sobre pandemia “*É a disseminação mundial de uma nova doença*” e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa (OMS, 2020).

A biossegurança trata do fenômeno que demanda da comunidade internacional a formação de consensos, formulação de políticas e o desenvolvimento de estratégias e instrumentos para lidar com áreas específicas, a fim de conhecer e minimizar os impactos à saúde da população mundial (BRASIL, 2010).

Contudo o mundo não estava preparado para um fenômeno que viria atingir diretamente diversos setores como a economia, saúde, social e outros. Assim, o Brasil

foi um dos países que fechou suas fronteiras terrestres e restringiu a entrada via aérea, permitindo o acesso somente para alguns grupos, como residentes, cidadãos brasileiros, entre outros (FGV, 2020).

A exemplo estão os serviços ligados ao mercado de viagens, que foram os mais afetados por essa pandemia, devido a possibilidade de contágio pelo novo coronavírus. O turismo sendo uma atividade que fortalece e gera emprego e renda, sentiu que seu esvaziamento trouxe significativas consequências aos diversos níveis da cadeia produtiva (FGV, 2020).

Na busca de mitigar o impacto no setor turístico, assim como adotados por outros setores diante a crise sanitária em escala mundial, foram adotados protocolos de biossegurança para prevenir, conter e permitir o deslocamento e o acesso das pessoas em hotéis, pousadas, transportes terrestres e aéreo, com aval do MS e do MTur, este, que junto ao Sebrae disponibiliza no seu *site* diversos vídeos com orientações de boas práticas, voltadas aos prestadores de serviços e guias de turismo (MTUR, 2021).

Como primeira etapa do Plano de Retomada do Turismo Brasileiro em 2020, foi lançado pelo Ministério do Turismo o selo Turismo Responsável, um programa voltado as boas práticas de higienização para cada segmento do setor. Buscando incentivar uma viagem segura dos locais a serem visitados. Só pode ter acesso a este selo empresas e guias de turismo que estejam inscritos no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), que busca minimizar os impactos da pandemia da COVID-19 (MTUR, 2020).

Segundo o MTur (2021), o setor do turismo busca manter-se organizado com intuito de promover ambientes seguros aos que pretendem viajar, contanto que cumpram os protocolos específicos para a prevenção da COVID-19. Contudo, nos protocolos disponibilizados dentro do site do MTur são voltados à 15 atividades turísticas, como meios de hospedagem, parques temáticos, restaurantes, cafeterias e bares, porém, não encontramos normas voltadas ao turismo rural, nem as comunidades tradicionais que exercem o Turismo de Base Comunitária.

Esse levantamento dos protocolos destinados aos setores do turismo mostra a fragilidade e falta de olhar voltado as comunidades tradicionais e a deficiência de políticas públicas destinadas ao TBC. O alto grau de infectividade do vírus causador da doença COVID-19, e sua manifestação de forma rápida, traz a luz como doenças

virais e infecciosas, só ganharam holofotes e chamou atenção pelo número alarmante de casos registrados e óbitos diários em escala global.

A escassez de políticas públicas destinadas as comunidades tradicionais, destoa no Brasil da Ordem e Progresso, uma vez que ainda *“vivenciamos os mesmos problemas estruturais durante séculos: racismo e sexismo estruturais, com a produção genocida sistemática diante a população que é considerada fora do padrão de humanidade ou cidadania”* (GONÇALVES *et al.* 2020).

Entretanto não se esperava que o retorno da retomada do turismo, assim como outros setores fosse se prolongar devido as novas variantes que foram e ainda estão surgindo do vírus SARS-CoV-2.

É imprescindível refletir sobre as múltiplas estratégias programáticas na área da saúde coletiva no campo voltada as comunidades tradicionais, já que a desinformação, descrença e disseminação de notícias falsas (*Fake News*) atrapalham e colocam em risco a saúde da população em massa.

Corpos e territórios ainda são marcados por um Estado que reproduz suas características do colonialismo, que dividem, subalternizam e vulnerabilizam esses povos (GONÇALVES *et al.* 2020). Alertar, orientar e imunizar a população com o intuito de não causar mais efeitos danosos para a saúde abarcará outros campos, como: economia, educação e todos os setores que sustentam o país, salientando que o gasto com prevenção através das vacinas é grande, porém, dentro do quadro da crise sanitária, remediar após as doenças instaladas fica muito mais caro e difícil de ser controlada.

Faustino (2012), questiona *“até que ponto o SUS tem utilizado os dados de saúde desagregados por raça/cor para criar ações, definir políticas e prioridades para a promoção da equidade?”*. Comunidades tradicionais ficaram invisíveis aos olhos do poder público, expostas a doença COVID-19. E ainda estão expostas a outras doenças virais e infecciosas no momento que recebem turistas/visitantes, seja para hospedá-los ou guiá-los na visitação pela comunidade, *“mantendo-a”* constantemente vulnerável.

A pandemia do novo coronavírus expõe o panorama da urgência na busca de meios para minimizar/mitigar os impactos da relação entre o ser humano e o meio ambiente, uma vez que, na prática do TBC em uma comunidade quilombola rural, o turista/visitante e os autóctones mantêm contato direto entre si e com o ecossistema (NASCIMENTO e ANDRADE, 2022).

4.0 PERCURSO METODOLOGICO

O trabalho em discussão possui o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE de número: 55463022.3.0000.8042, foi realizado na Comunidade Santa Cruz, Território Quilombola de Brejão dos Negros localizado entre as cidades de Brejo grande e Pacatuba, Estado de Sergipe, situada no Nordeste do Brasil entre julho de 2021 e novembro de 2022. As participantes que contribuíram de forma voluntária assinaram o *Termo/Registro de Consentimento Livre e Esclarecido; Termo de Compromisso e Confidencialidade; e o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimento*.

A pesquisa de caráter qualitativa trilhou o caminho filosófico do método dialético. De acordo com Gil (2008), o método, por meio da realidade local, busca compreender que, os fatos sociais não podem ser considerados isoladamente, uma vez que, todo o contexto político, econômico, cultural, entre outros, influenciam da dinâmica da vida do sujeito social. Ainda, as pesquisas fundamentadas no método dialético diferem-se de forma significativa das pesquisas desenvolvidas segundo a ótica positivista, pois o método dialético privilegia as mudanças de forma qualitativas.

Perante os objetivos específicos do trabalho, adotou-se a pesquisa-ação como tipo de pesquisa qualitativa. A pesquisa-ação pode ser entendida como tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1988, p. 15).

Para Schimanski (2009), a pesquisa-ação, visto pelo olhar dos seus defensores, é tida como um recurso democrático para o desenvolvimento de pesquisas sociais, onde cria-se a expectativa que os sujeitos envolvidos tenham voz e vez (SCHIMANSKI, 2009, p. 87). A autora ainda destacou a importância do papel do pesquisador como multiplicador que ao buscar novas ferramentas consegue intervir na realidade de um grupo provocando a análise crítica, a desconstrução e reconstrução de suas atitudes diante as questões externas que os atinge quanto a relação com o meio social ao qual fazem parte.

Gil (2008), destacou que na pesquisa-ação, os fenômenos históricos são estudados dentro de uma conjuntura dialética, onde dá ênfase ao lado conflituoso da

realidade, e a relação entre pesquisador e pesquisado vai além da observação, pois ambos se identificam como sujeitos sociais (GIL, 2008, p. 31).

Os dados primários foram obtidos a partir da aplicação de ferramentas participativas do Diagnóstico Rápido Participativo Rural (DRP) e de outras metodologias participativas, durante a realização de oficinas na comunidade. Os colaboradores da pesquisa tiveram sua participação consensuada através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme solicitado pelo Conselho Nacional de Saúde por meio do Comitê de Ética em Pesquisa (Resolução 466/12) e pelo Comitê de Ética do IFS.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas *in loco* junto aos membros da comunidade, possibilitando a caracterização dos sujeitos sociais que conduzem o TBC na comunidade. Segundo Verdejo (2010), trata-se de uma ferramenta de extrema importância no percurso da pesquisa, que ajuda a mediar o diálogo de quem está sendo entrevistado deixando-o livre para se expressar, não o limitando apenas a um questionário.

De acordo com Minayo (2010):

É considerada uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas. Essa pode ser definida como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e por meio de perguntas formuladas busca a obtenção dos dados que lhe interessa. É uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para o objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo (MINAYO, 2010).

Através da ferramenta Mapa da Comunidade foi possível fazer um levantamento participativo sobre a situação atual da comunidade quanto aos atrativos e roteiros turísticos, sob a ótica de promoção de turismo seguro. Visando complementar os dados sobre os atrativos turísticos da comunidade foi utilizada a ferramenta Caminhada Transversal nas trilhas ecológicas da comunidade. Verdejo (2010), enfatizou que a Caminhada Transversal ou Travessia permite obter informação sobre os diversos componentes dos recursos naturais, a vida econômica, as moradias, as características de solos, etc. É realizada por meio de uma caminhada linear, que percorre um espaço geográfico com várias áreas de uso e recursos

diferentes. Ao longo da caminhada identifica-se todos os aspectos que surgem pela observação dos participantes em cada uma das diferentes zonas que se cruzam.

Para Boef & Thijssen (2007), o diagrama obtido a partir da Caminhada Transversal é um ponto de partida para discussões que buscam alternativas para o uso da terra, dos recursos naturais e da agrobiodiversidade; auxiliam as pessoas a expressar o que elas sabem a respeito de seu ambiente e o diagrama de corte transversal auxilia a estruturar tópicos levantados nas discussões durante a caminhada

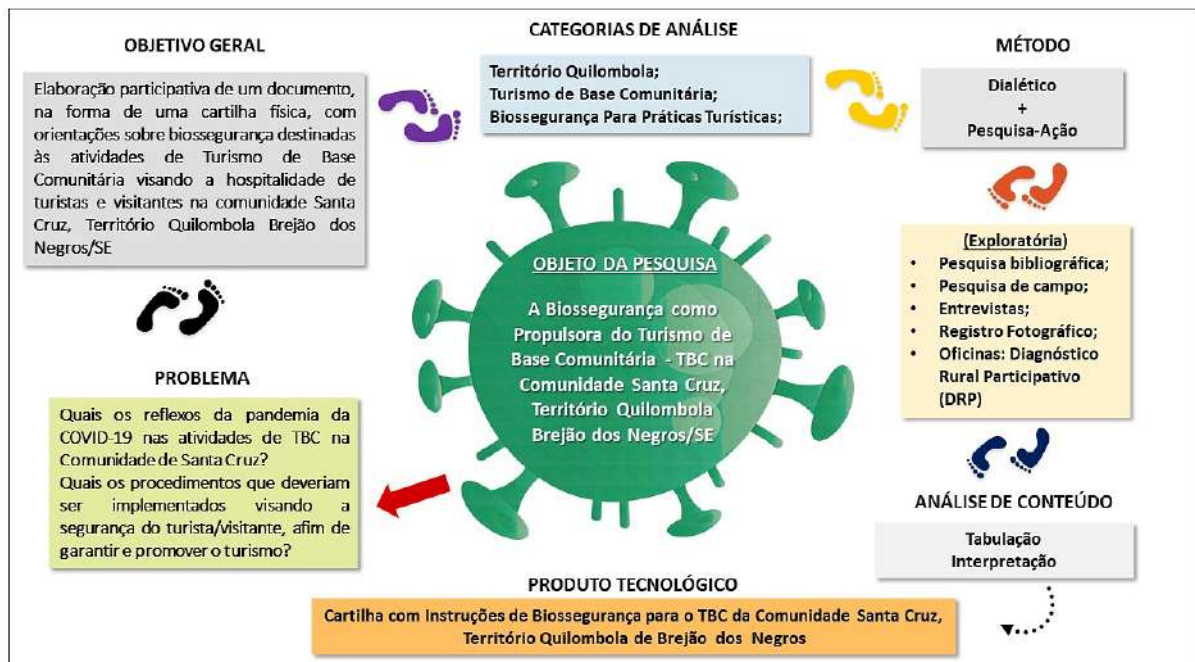
Para a análise das condições de biossegurança e a implantação de orientações de segurança nas atividades de turismo, foi aplicado a Matriz de Organização Comunitária ou Matriz FOFA. De acordo com Verdejo (2010), a matriz tem como objetivos identificar, analisar e visualizar a situação atual dos grupos para conseguir um fortalecimento organizativo. Ainda, a identificação das potencialidades ganha importância, considerando que, estas devem ser dinamizadas para que a localidade ou grupo possa superar os problemas identificados e atingir o desenvolvimento sustentável, caminhando com as próprias pernas (CERQUEIRA, 2015).

As oficinas participativas foram realizadas durante as visitas da equipe técnica na comunidade, previamente agendadas junto as lideranças da comunidade. Os dados secundários foram coletados através de consultas bibliográficas em periódicos científicos sobre os temas abordados, relatórios técnicos e consultas em órgãos institucionais da esfera federal, estadual e municipal, segundo GIL, (2008):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. [...] A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários (GIL, 2008).

As categorias de análises delimitadas de acordo com o objeto proposto, motivou o traçado metodológico para a construção da cartilha com orientações sobre a biossegurança no TBC da Comunidade de Santa Cruz (figura 3).

Figura 3 - Esquema da Condução da Pesquisa



Elaboração: ANDRADE, Geislane (2022).

O resultado das oficinas trouxe elementos necessários para a confecção do produto tecnológico. A cartilha, construída de forma participativa, buscou guiar as ações de TBC no que tange os cuidados com a saúde.

A elaboração das orientações de biossegurança foi pautada nos seguintes documentos: Lei de Biossegurança Nacional – N° 11.105, de 24 de novembro de 2005 que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados; Portaria de N° 1.565, de 18 de Junho de 2020, que traz orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e a Resolução de N° 287 de 08 de Outubro de 1998 do Conselho Nacional de Saúde que reconhece a necessidade das ações realizadas pelos diferentes profissionais de nível superior na busca do avanço no que tange à concepção de saúde e à integralidade da atenção; Protocolo de Manejo Clínico do Coronavírus (COVID-19) na Atenção Primária à Saúde – Versão 7, MS/SAPS (2020).

A construção da cartilha foi guiada pelo Manual Para o Desenvolvimento e a Integração de Atividades Turísticas, tendo como foco a Produção Associada ao Turismo, buscando agregar valor aos destinos visitados, incorporando novos produtos a oferta turística como um diferencial da comunidade (BRASIL, 2011, p. 4). Assim, além dos cuidados com a saúde a cartilha trouxe também informações sobre a

Comunidade de Santa Cruz; sobre os atrativos turísticos; e sobre o coletivo de mulheres envolvidas com TBC: “As *Dandaras*”. O (quadro I) mostra os elementos que constituem a cartilha.

QUADRO I – CONTEÚDO DA CARTILHA

| |
|--|
| Título: Orientações de Biossegurança para as Práticas de Turismo de Base Comunitária -TBC da Comunidade Quilombola Santa Cruz - Brejo Grande/SE |
| Identificação da Comunidade |
| Localização Geográfica |
| Area Territorial |
| Quantidade de Famílias |
| Cidades Circunvizinhas |
| Distância da Capital do Estado de Sergipe |
| Contatos da Comunidade (Telefone e rede social) |
| Ofertas Turísticas |
| Mapa e/ou desenho das Trilhas |
| Cuidados preventivos durante a visitaçào |
| Realização e Apoio |

Elaboração: ANDRADE, Geislane (2022). Adaptado do Manual Para o Desenvolvimento e a Integração de Atividades Turísticas (2011).

A construção participativa da cartilha contendo orientações de biossegurança contou com a parceria do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe CBM/SE, que colaborou com as informações sobre segurança durante o percurso das trilhas ecológicas, na ocasião da aplicação da ferramenta Caminhada Transversal. Ainda, contribuíram para a segurança do turismo na comunidade, ministrando uma oficina de capacitação Primeiros Socorros para Prática Turística na comunidade.

Vale ressaltar que, a principal característica do produto tecnológico é seu caráter inovador, buscando garantir a segurança das atividades de TBC, de forma específica e coletiva. Outra característica do produto é a sua aplicabilidade, como um instrumento de uso cotidiano, passível de agregar valor ao turismo comunitário.

A existência de uma cartilha como guia contendo orientações de biossegurança local passa a ser um diferencial que pode impulsionar a proposta de turismo. A transformação social será possível de ser efetivada com a contribuição de

instrumentos e ferramentas que possam replicar esses cuidados, direcionando-a na efetivação do compromisso com essa tecnologia social (DAGNINO, 2010).

5.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 A trajetória do estudo na Comunidade Santa Cruz

Durante todo decorrer do estudo a pandemia do coronavírus esteve presente tanto no cerne da pesquisa, quanto na sua execução. Os primeiros passos da pesquisa coincidiram com o período crítico da pandemia, quando o processo de vacinação da população estava iniciando seguindo os critérios de prioridades do Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a COVID-19.

A situação gerou uma incerteza na condução do trabalho, no entanto com o prosseguir da vacinação avançando e flexibilização do isolamento social, foi possível planejar as atividades de campo que seriam realizadas na comunidade.

Assim, os primeiros contatos com uma das lideranças da comunidade “*Maria Izaltina*”, foram feitos via rede social (*whatsapp*) e telefone, visando a exposição da proposta da pesquisa. A recepção da liderança foi positiva mostrando o interesse do desenvolvimento do trabalho na comunidade.

Posteriormente estabelecemos o contato com o grupo *as Dandaras* para que pudéssemos planejar a primeira visita presencial e darmos início as atividades de campo da pesquisa. A partir de então foi elaborado um cronograma participativo de atividades presenciais para a coleta de dados com realização de oficinas, registros fotográficos e observações da pesquisadora.

5.2 As atividades de TBC na Comunidade Santa Cruz/Território Quilombola Brejão dos Negros

O processo de implantação e desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária no Território Brejão dos Negros foi desencadeado, principalmente, pela decisão das comunidades de agregar ações de turismo às atividades socioeconômicas e culturais já existentes localmente. Somou-se a isso, as iniciativas de instituições públicas e privadas que atuaram e atuam de forma direta e/ou indireta no Território Baixo São Francisco Sergipano.

De acordo com Pinheiro (2018, p. 90) durante os meses de setembro e outubro de 2017, a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO elaborou um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e um Plano de Ação para as comunidades Resina e Santa Cruz. Os projetos demandados pelas comunidades

foram financiados com os recursos do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário – FIDA, através do Projeto Dom Távora. Na Santa Cruz, as ações visaram a construção de um viveiro escavado para a criação de camarão e o fortalecimento do turismo rural.

Quanto ao fortalecimento do TBC, a partir de 2018, o projeto Dom Távora, promoveu ações voltadas para a implantação do Roteiro de Turismo Sustentável do Baixo São Francisco. O projeto foi conduzido pelo Governo do Estado de Sergipe, com o apoio do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário – FIDA, e de outros parceiros, beneficiou diretamente cinco associações comunitárias entre elas, a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Brejão dos Negros/Povoado Santa Cruz; a Associação de Doceiras e Artesãos do Povoado Saramém/ Povoado Saramém; e a Associação da Comunidade Tradicional dos Pescadores Artesanais da Resina/ Povoado Resina pertencentes ao Quilombo Brejão dos Negros (PINHEIRO, 2018). A (figura 4) mostra a divulgação (*outdoor*) das iniciativas de Turismo de Base Comunitária apoiadas pelo projeto e parceiros.

Figura 4 – Divulgação das Atividades de TBC no Território Quilombola Brejão dos Negros



Fonte: FERREIRA, Lucas (2021).

Pinheiro (2018), relatou que outros agentes já atuaram e atuam no território e citou as instituições: Cáritas, a Fundação Cultural Palmares, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, a Petróleo Brasileiro S.A. -

Petrobrás e as instituições de ensino superior públicas e particulares do estado. Vale ressaltar que, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS e a Universidade Federal de Sergipe – UFS, vêm realizando trabalhos técnicos-científicos, que colaboraram para o entendimento da dinâmica das comunidades quilombolas, das suas potencialidades e limitações e dos desafios internos e externos frente a perspectiva de implantação/efetivação do TBC (NEA, 2019).

A discussão sobre orientações de biossegurança e atenção à saúde no contexto do Turismo de Base Comunitária na Santa Cruz/Território Brejão dos Negros foi estabelecida a partir da apresentação formal da proposta de pesquisa para os membros da comunidade. A apresentação (figura 5) ocorreu durante visita da pesquisadora na localidade, provocando o repensar das atividades de TBC e as possíveis mudanças frente o contexto atual devido a pandemia da COVID-19.

Figura 5 – Apresentação da proposta de pesquisa para comunidade Santa Cruz



Fonte: FERREIRA, Lucas (2021).

5.2.1 As Dandaras: mulheres que fazem o TBC na comunidade Santa Cruz

As atividades de TBC que ocorrem na comunidade Santa Cruz/Brejão dos Negros são conduzidas e gerenciadas por um coletivo de mulheres denominado de “As Dandaras”. Em julho de 2022, visando traçar o perfil socioeconômico destas mulheres e compreender as percepções das participantes do grupo quanto ao turismo comunitário e biossegurança, foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto a

sete componentes, na ocasião, participavam efetivamente dos encontros, das reuniões e nas tomadas de decisões relativas ao turismo comunitário (figura 6).

Figura 6 – Entrevista com as Dandaras



Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos Agroecológicos – NEA/IFS (2022).

A luta pela certificação da terra e reconhecimento do território quilombola motivou, a aproximadamente a oito anos, a criação do coletivo de mulheres engajadas nas reivindicações das pautas sociais e ambientais da comunidade quilombola. O protagonismo das mulheres quilombolas, foi ressaltado por Souza (2015), quando reportou-se a luta contra a escravidão no Brasil, em todos os momentos estas mulheres foram fundamentais no processo de elaboração e execução de estratégias de resistência, seja durante os levantes ou na organização dos quilombos.

Pontes e Steward (2020), enfatizaram que as mulheres quilombolas ganham visibilidade de forma midiática, pela capacidade de auto-organização do grupo em busca de reconhecimento do território ganhando espaço público para discutir tais problemáticas.

O coletivo de mulheres foi responsável pela implantação do TBC, ocasião que passou a denominar-se de “As *Dandaras*”. De acordo com as entrevistadas, o nome

do grupo foi fruto da identificação destas mulheres com a guerreira Dandara, liderança feminina do Quilombo Palmares. O coletivo foi constituído pelas mulheres protagonistas das iniciativas de promoção de desenvolvimento local, a exemplo da implantação do TBC na comunidade Santa Cruz. Entretanto, o número de *Dandaras* envolvido efetivamente em cada atividade turística não era constante. Este número variava de acordo com a disponibilidade das componentes; com a quantidade de visitas que ocorrem durante o mês e; com a natureza da visitação, ou seja, dependendo do roteiro requisitado pelo turista/visitante.

O grupo *As Dandaras* é constituído por mulheres que se reconhecem como pretas e quilombolas, mãe solo ou com parceiros, na faixa etária entre 25 a 52 anos. A maioria das entrevistadas, (cinco mulheres) faziam parte do grupo desde a sua criação, enquanto que as demais (*duas mulheres*) se integraram ao coletivo com a efetivação do TBC, a cerca de três anos. Diferentes razões motivaram as colaboradoras da pesquisa se integrarem ao grupo, conforme a fala da dandara, (*Maria Clarice*):

“participo a 3 anos...a mata foi um principal motivo. Apreciar a mata que não é só para tirar lenha, dá o verdadeiro valor. Quando olhei a comunidade como uma turista depois que fiz a visitação o olhar mudou” (Maria Clarice).

A fala da entrevistada mostra uma preocupação com a conservação e a valorização dos recursos naturais existentes na comunidade que tem no extrativismo uma das principais fonte de renda. De forma análoga, Mota *et al.* (2011), em estudo intitulado: *“Família, Trabalho E Sociabilidade No Extrativismo Da Mangaba”*, destacam como as mulheres utilizam e comercializam os recursos naturais, mas também empenham-se em sua preservação, integrando a cultura local, a simbologia e as dimensões sociais (MOTA *et al.* 2011).

“As Dandaras” desempenham diferentes funções no cotidiano da comunidade e nas atividades do TBC. Além de se dividirem entre os afazeres domésticos, os cuidados com a lavoura e a pesca extrativista, elas também são responsáveis por manter a cultura local. Assim, o grupo reverencia seus ancestrais africanos através das “místicas”, que divulgam as histórias e as cantigas repassadas entre gerações.

Santos (2020), estudando o protagonismo de mulheres afrodescendentes das comunidades quilombolas de Campo Grande – MS, considerou as mulheres

quilombolas como guardiãs na preservação da cultura e costumes de seu povo. Destacou a importância do repasse dos conhecimentos a gerações subsequentes, que busca manter as tradições da comunidade. Assim, as rezas e benzimentos, os festejos, culinárias, danças e hábitos de vida vão sendo repassados pelas pessoas mais velhas aos mais jovens, pela oralidade dos contos, cantigas, versos e histórias e se resguardam na memória coletiva da comunidade, dando continuidade as reproduções socioculturais.

De forma semelhante, Souza Paiva *et al.* (2020), em pesquisa junto a mulheres quilombolas da comunidade do Córrego do Meio, identificaram que o trabalho está presente na vida das mulheres quilombolas de diferentes formas e inclui a atuação dentro da própria comunidade. Ainda, elas constroem os movimentos relacionados a sua cultura, citando como exemplo a Festa do Rosário e o 13 de maio.

Nas atividades de TBC, a divisão do trabalho se dá a partir da disponibilidade de cada componente em recepcionar os turistas/visitantes, confeccionar os produtos artesanais, organizar os espaços de visitaçã, conduzir os turistas/visitantes pelas trilhas ecológicas, além da atuação nas tomadas de decisões sobre as práticas turísticas. Conforme destacou a entrevistada (*Maria Izaltina*):

“Participo das trilhas, do grupo cultural maracatu, das rodas de conversas contando sobre a luta. Conto histórias da comunidade, hospedo turistas” (Maria Izaltina).

Já a entrevistada (*Laudiana*), afirmou que participava das atividades referentes ao:

“... almoço, trilha (condutora), artesanato, óleo de coco, coxinhas de marisco, bolinho de peixe, agricultora, pescadora, suplente de tesoureira” (Laudiana).

Em termos das atividades laborais em geral, fica evidente a longa jornada dessas mulheres, que o cotidiano é marcado pela sobrecarga de trabalho, pelo acúmulo de diferentes atividades e responsabilidades (SOUZA PAIVA *et al.* 2020). As falas das entrevistadas demonstraram também a diversidade dos saberes quilombolas de Santa Cruz, que pode ser considerado como resultado de um amplo processo que inclui o repasse de informações entre as gerações, a convivência com os outros sujeitos e nos movimentos sociais, as experiências adquiridas no cultivo da terra e

nas atividades extrativistas, a identificação com o sagrado, além da vivência nos espaços de educação formal.

Quanto ao nível de escolaridade das participantes, observou-se uma irregularidade na continuidade da escolarização formal, que variou de ensino fundamental incompleto a superior completo, sendo o último de menor representatividade (quadro II):

QUADRO II – NÍVEL DE ESCOLARIDADE

| Grau de Instrução | Quantidade de Entrevistadas por Instrução |
|--------------------------|--|
| Fundamental Incompleto | 3 |
| Ensino Médio Completo | 2 |
| Superior Incompleto | 1 |
| Superior Completo | 1 |

Elaboração: ANDRADE, Geislane (2022).

Os resultados da pesquisa indicaram que a maioria das entrevistadas não concluiu o ensino fundamental, trazendo à tona a dualidade entre o trabalho no campo, afazeres domésticos e o deslocamento para a escola, além das ocorrências de casamento e gravidez precoce.

Estes resultados reforçam os indicativos de predominância de baixos índices de escolaridade no espaço rural, especialmente, em comunidades quilombolas, onde o processo de exclusão socioeconômica vivenciado secularmente por estas populações, reflete incontestavelmente no acesso aos espaços de educação formal.

Souza Paiva *et al.* (2020), apresentaram resultados semelhantes quando do estudo sobre *“Mulheres quilombolas na comunidade do Córrego do Meio e a busca pela educação formal”*. As autoras registraram que, das mulheres entrevistadas, somente uma concluiu sua trajetória na educação básica e se encontrava no ensino superior. Concluíram também que a sociedade desigual marcada pelo racismo, machismo e outros preconceitos, ofereceu obstáculos para as trajetórias escolares das entrevistadas.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, referente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada em 2016 (que considera a desigualdade da taxa de frequência escolar entre mulheres por raça e cor) reforçam a desigualdade social de acesso à educação formal, quando registraram

que o número de mulheres pretas ou pardas, é duas vezes menor que a de mulheres brancas com ensino médio completo ou superior completo.

Pontes e Steward (2019), a partir do trabalho “*Invisibilidade da pluriatividade da mulher quilombola: o caso de Moju-Miri*”, elencaram diversos fatores de interferência na baixa escolaridade das mulheres, entre eles: a dificuldade de acompanhar o ensino médio na cidade; a necessidade de trabalhar no campo; os afazeres domésticos, a ocorrência de gravidez precoce e/ou por não terem com quem deixar os filhos, (PONTES e STEWARD, 2019, p. 197).

Silva e Araújo Menezes (2018), corroboram com a análise dos indicativos de descontinuidade na educação formal de mulheres quilombolas. Na pesquisa “*Relações étnico-raciais e educação nas comunidades quilombolas*”, registraram diversos motivos para o abandono do processo de escolarização pelas mulheres quilombolas residentes em Castainho e Estivas, zona rural de Pernambuco: (i) necessidade de trabalhar, (ii) falta de motivação, (iii) engravidaram e não tinham apoio para cuidar da criança.

Embora existam políticas públicas destinadas a contribuir para o aumento da escolarização das comunidades quilombolas, a exemplo da Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, evidenciam-se resultados pouco significativos, como os apresentados nesta pesquisa. Na elaboração da Resolução foi considerando as deliberações da I Conferência Nacional de Educação Básica – CONEB/2008, a Conferência Nacional da Educação Básica – CONAE/2010 e as manifestações e contribuições provenientes da participação de representantes de organizações quilombolas e governamentais, pesquisadores e de entidades da sociedade civil em reuniões técnicas de trabalho e audiências públicas promovidas pelo Conselho Nacional de Educação estabeleceram Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, para escolas nos territórios quilombolas rurais e urbanos e escolas localizadas próximas aos territórios quilombolas que recebem a população das comunidades (SILVA e ARAÚJO MENEZES, 2018).

Na comunidade de Santa Cruz possui uma escola de ensino fundamental, que segundo (*Angela*) - uma das *Dandaras* que leciona na comunidade - a matriz curricular não preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, enfraquecendo a formação quilombola, sem contar

com a falta de infraestrutura local para o ensino fundamental que é ofertado, dificultando o desenvolvimento da educação formal para a comunidade.

De acordo com Simões Cardoso (2022), se faz necessário compreender uma educação quilombola também como força propulsora do TBC, dentro de um contexto sociocultural amplo, para além dos espaços formais de ensino. Nesse sentido, o modo de vida das famílias das comunidades tradicionais é reconhecido como elemento fundante de uma prática turística mais comprometida com questões sociais e ambientais. Ainda, a educação quilombola aponta para um TBC capaz de empoderar cada vez mais os sujeitos na luta por um desenvolvimento que promova, simultaneamente, equidade social e conservação dos recursos naturais, resultando assim numa melhor qualidade de vida para as famílias das comunidades tradicionais.

Os resultados referentes ao perfil socioeconômico das *Dandaras* entrevistadas, revelaram uma gritante desigualdade social, que assola os territórios quilombolas, especialmente quando se trata de mulheres. Grossi (2020), na produção “*Mulheres quilombolas e as interseccionalidades de gênero, raça/etnia e classe social: violação de direitos humanos e resistências*”, discutem a desigualdade no Brasil, que no âmbito de ordem econômica, traz em sua base o aspecto étnico-racial. Segundo Grossi (2020):

...apesar dos avanços jurídicos e políticos em torno do tema, ainda se têm enormes desafios na sua garantia, especialmente em relação a demandas de determinados grupos, em diversos territórios e contextos, como as comunidades quilombolas. As desigualdades interseccionais, em torno das relações de classe social, raça/etnia, gênero e geração, tomam evidência no debate contemporâneo em torno desse segmento populacional (GROSSI, 2020, p. 124).

A pesquisa registrou que as quilombolas dispõem de uma renda média mensal inferior a 1 salário mínimo. Na análise destes dados (quadro III), pode ser considerado a relação entre o baixo nível de escolaridade e a renda mensal das componentes, além de outros fatores. Das entrevistadas, apenas três mulheres recebiam proventos de um salário mínimo ou mais. Destas mulheres, duas atuavam como professora do ensino fundamental na rede pública municipal de educação, enquanto que uma delas recebia benefício previdenciário. As demais afirmaram ser beneficiadas por programas sociais a exemplo do Bolsa Família/Auxílio Brasil que garante uma renda mensal entre R\$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais) a R\$ 600,00 (seiscentos reais).

QUADRO III – RENDA DAS ENTREVISTADAS

| Renda Mensal | Quantidade de entrevistadas |
|--------------------|-----------------------------|
| Menos de 1 salário | 4 |
| 1 salário ou mais | 3 |

Elaboração: ANDRADE, Geislane (2022).

Neste contexto, as atividades de TBC são de grande representatividade na complementação da renda destas mulheres, que pode ser elevada com uma remuneração de R\$ 40,00 (quarenta reais) a R\$ 300,00 (trezentos reais) por visitação. Conforme com as entrevistadas, a quantidade de *Dandaras* que atuam na hospitalidade dos turistas/visitantes, reflete no valor que cada uma irá receber. Assim, a divisão dos recursos financeiros provenientes das atividades turísticas se dá de acordo com o número de participantes disponíveis para o trabalho na ocasião da visitação. A *dandara (Flavia)*, relata que sua principal fonte de renda é proveniente de benefício governamental, e que os proventos derivados do TBC é uma renda complementar:

“Recebo o Auxílio Brasil no momento, no valor de R\$ 600 reais...mas o TBC é uma renda complementar que depende de quantas pessoas vai chegar para visitação, e do número de meninas que irá trabalhar” (Flávia).

Observou-se que uma das características das mulheres quilombolas da Santa Cruz é a capacidade de organização, quando da eminência de uma atividade de turismo. Esta característica pode ser interpretada como fruto da histórica luta travada pelas mulheres quilombolas nas reivindicações de liberdade e de outros direitos humanitários.

Quanto a preparação do grupo e da comunidade para a recepção dos turistas/visitantes, de início é realizada uma reunião para divisão das atividades. A partir de então fica estipulado quem assumirá determinada função e os produtos que deverão ser comprados para suprimento da cozinha. Ressaltando que todas as *Dandaras* são habilitadas para a condução nas trilhas e para as demais funções

relativas ao TBC. No entanto, elas têm livre escolha sobre a atividade que vai exercer, considerando as suas preferências para melhor desempenho da função.

Conforme (*Laudiana*) a preparação da visita ocorre da seguinte forma:

“A gente senta, tem uma palestra, é resolvido o que vai comprar, o que vai gastar, como vai se organizar para receber, quem vai para trilha, para cozinha, quem vai fazer parte da arrumação, quem vai fazer o acolhimento, o grupo se divide entre doces e salgados” (*Laudiana*).

Também foi ressaltado que é feita mobilização de todos os membros da comunidade para realizar a higienização dos espaços que serão visitados. De acordo com (*Maria Izaltina*):

“organizar a comunidade, chamar o pessoal pra fazer limpeza, mutirão, limpar o centro, cada uma faz uma coisa (*Maria Izaltina*)”.

Quando questionadas sobre os desafios/riscos que poderiam ocorrer durante uma visitação, as mulheres citaram: (i) a omissão do turista/visitante quando portador de alguma doença viral; (ii) a falta de água potável como fator de riscos à saúde coletiva; (iii) o comportamento não adequado das pessoas durante a visitação e percurso nas trilhas; (iv) animais peçonhentos. Como destacou a *Dandara* (*Flavia*):

“A água é o maior desafio. Não tem água encanada. Água de poço individual e carro pipa...é um descaso do poder público” (*Flávia*).

A falta de água encanada na comunidade é parcialmente sanada através do abastecimento por carro pipa, meio que não garante a qualidade favorável da água distribuída. O tratamento da água é feito de forma caseira pelas pessoas da comunidade. Essa problemática traz a luz um dos principais problemas de saúde pública que afeta as comunidades urbanas e rurais no Brasil, onde a falta da água potável se tornou ainda mais grave, diante da crise sanitária da COVID-19, uma vez que, as ações preventivas orientadas pela OMS tinham como base o uso de água e sabão. Quando Silva Lopes (2021), questiona se todo brasileiro tem acesso a água e

sabão, a situação vivenciada na comunidade Santa Cruz responde de forma negativa, reforçando a gravidade da crise sanitária devido à falta desse recurso essencial para manutenção da vida no planeta.

Quanto aos cuidados preventivos de contágio e propagação da COVID-19 e outros vírus nas atividades do TBC. A *dandara* (Claudiana), disse:

“...aqui logo que começou teve cuidados com a entrada de pessoas estranha. Quanto ao turismo, os cuidados foram o uso álcool gel, máscaras” (Claudiana).

As *Dandaras* tiveram informações sobre a COVID-19 através de telejornal e rede social (*whatsapp*). As informações recebidas impactaram as atividades de TBC, com a suspensão das visitas, seguindo as orientações da OMS, de cumprir o isolamento social durante o período mais crítico da crise sanitária. Conforme a *dandara* (Angela):

“No início do COVID-19 ficamos sem receber visitantes por não estarmos preparados. Hoje já temos a noção básica dos cuidados de prevenção” (Angela).

Verifica-se que as atividades de TBC que ocorre em Santa Cruz, não faz parte da cadeia turística oficial do estado de Sergipe. Esse fato dificultou a chegada de informações específicas na comunidade sobre o desenvolvimento do turismo na pandemia.

No trabalho intitulado: *“Mulheres Quilombolas e ausência de comunicação intercultural para o enfrentamento da Covid-19”*, Silva Lopes et al. (2021), discutiu os hábitos de consumo de informação das mulheres da Comunidade Quilombola Buieie (Viçosa, MG) em comparação com as estratégias de comunicação adotadas pelo governo federal e mineiro a COVID-19. Os resultados se assemelham aos apresentados nesta pesquisa, quando as autoras relataram que as mulheres se informaram pela televisão e/ou rádio. Ainda, enfatizaram a exclusão digital da maioria das entrevistadas limitando o acesso as informações.

Ainda na seara sobre cuidados e prevenção de doenças virais da atualidade, foi questionado sobre o entendimento e se a entrevistada achava importante ter cuidado individual ou coletivo preventivo de contágio e propagação de SARS-CoV-2

(COVID-19) e outros vírus (h1n1, h3n2 - gripe). As repostas foram unânimes sobre a importância em ter cuidados preventivos. No decorrer das falas foi possível observar pontos que se cruzam no que diz respeito a preocupação de manter a saúde tanto da comunidade quanto do turista/visitante. Existe uma inquietação das *Dandaras* sobre o risco de afugentar o turista/visitante, em relação a um possível contágio e propagação de doenças virais. Segundo (*Laudiana*):

“...tanto o turista fica livre dos riscos quanto a gente. Aqui a gente tem os riscos, mas tá mais livre porque não anda saindo, o contato na cidade é maior” (Laudiana).

Buscando compreender o sentimento de pertença ao grupo, foi questionado como a entrevistada se sentia participando das atividades de TBC. As respostas destacam a sinergia dessas mulheres sobre o sentimento de pertença e o cuidado coletivo, como nas respostas da (*Maria Clarice*):

“É um sentimento pessoal muito bom, importante de viver em um lugar desse, a mata não é só para buscar lenha, é um lugar de preservação da vida, é um lazer. Chegar na beira do rio e ver é como ver uma imensidão da vida” (Maria Clarice).

Observa-se que o ecossistema local contribui para uma melhor qualidade de vida da comunidade, seja para tirar seus sustentos quanto para contemplação das belezas naturais. Buscando preservar o meio ambiente, a comunidade se coloca como guardiã da mata diante a realidade de desmatamento que avança devido a invasão dos posseiros que acaba colocando em risco toda Vida ao redor.

Conforme afirma Wallace (2020), no trabalho: *“Agronegócio, poder e doenças infecciosas”*, os resultados dos surtos de doenças virais, a exemplo da crise sanitária gerada pela COVID-19, são resultantes das intervenções dos governos, ou falta delas, devido a soma de conflitos pela terra, o uso indiscriminado de medicamentos e agrotóxicos, gerando consequências coletiva desenvolvendo novas doenças. O autor, expõe como a relação ecossistêmica do capital e do poder estatal acaba manipulando de tal forma que contribui com surgimento de novas cepas virais. Para Wallace (2020):

A exploração madeireira, a mineração e a agricultura intensiva dirigidas pelo capital simplificam drasticamente essa complexidade natural. Nessas “fronteiras neoliberais”, enquanto diversos patógenos morrem como resultado

do desaparecimento de espécies de hospedeiros, um subconjunto de infecções que antes era interrompido de forma relativamente rápida nas florestas, mesmo que apenas em função da taxa irregular de hospedeiros típicos disponíveis, agora se propaga com maior amplitude entre populações suscetíveis (WALLACE, 2020, p. 529).

Partindo dessa vertente fica nítido que diante a supremacia do comércio global, a força da globalização está diretamente ligada a uma série de doenças, seja pelo comércio como setor que gera riquezas de grandes produtores agroindustriais que não se responsabilizam pelo bem-estar da população, quanto pela exploração de pequenos produtores forçando mudar seus hábitos de saúde física, mental e espiritual (WALLACE, 2020).

Ainda sobre o sentimento de pertença e cuidado, é possível perceber o orgulho em ser uma Dandara e poder propagar a religião de matriz africana deixada pelos ancestrais da comunidade, como destacado por (*Laudiana*):

“...para mim é um elogio, tanto que temos um terreiro e uma imagem de Dandara. Me sinto bem. Tenho prazer e orgulho de ser uma Dandara” (Laudiana).

Ressaltando a força das mulheres na busca pelo reconhecimento do Território Quilombola de Brejão dos Negros e a visibilidade que a luta tomou até os dias atuais, (*Mariza Izaltina*) descreveu:

“Somos guardiões, me sinto uma guardiã. Nós mulheres quilombolas somos a força dessa luta, sem nós o território de brejão não tinha chegado onde chegou” (Maria Izaltina).

Por fim, foi sinalizado que as entrevistadas fizessem sugestões para melhorias nas atividades de TBC na comunidade. Acenaram a necessidade do apoio do município facilitando o processo de venda dos produtos e a inserção do grupo no mercado local. Denota-se, portanto o descaso do poder público frente as necessidades da comunidade Santa Cruz.

Foi sugerido pela entrevistada (*Maria Clarice*), a elaboração de um documento com os pontos que possibilite aos turistas/visitantes colocar informações sobre sua saúde:

“...Colocar os cuidados de saúde, se é alérgico, em uma cartilha...” (Maria Clarice).

Outra sugestão, foi dada pela *dandara*, (*Maria Izaltina*):

“Precisamos envolver mais a comunidade e explorar mais toda riqueza,...tudo que produzimos, envolver outras comunidades do território e mais capacitação para preparar as pessoas. Fazer um trabalho para ter mais visibilidade para nós mesmo” (Maria Izaltina).

5.3 Os roteiros turísticos da Comunidade Santa Cruz: o olhar das *Dandaras*

Buscando o entendimento das atividades turísticas realizadas na comunidade, em julho de 2021, foi promovido um debate junto aos autóctones. Neste processo foi considerado a definição de Brambatti (2002), que entende roteiro turístico como o percurso ou caminho percorrido por turistas, onde os atrativos se encadeiam de forma organizada, e as paisagens, cultura e arquitetura se fundem.

O debate foi pautado na visão coletiva e motivado pelos questionamentos: (a) *Quais são as atividades de TBC praticadas na comunidade?* (b) *Como tiveram conhecimento e quais as medidas preventivas adotadas com advento da Pandemia do Coronavírus?*.

A primeira questão alicerçou a aplicação da ferramenta participativa “Mapa das atividades turísticas na comunidade”. A construção do mapa contou com a participação de doze mulheres pertencentes do grupo *“As Dandaras”*, responsáveis pela gestão do TBC local e de membros do Núcleo de Estudos Agroecológicos do Instituto Federal de Sergipe – NEA/IFS, que auxiliaram na condução dos trabalhos.

Para tanto, as participantes formaram dois grupos de trabalho visando melhor representação das diferenças e peculiaridades das atividades turísticas desenvolvidas na Santa Cruz. O primeiro grupo se autodenominou de *“Trilha Raízes do Quilombo Brejão dos Negros”* e o segundo grupo, de *“Rota dos Saberes”*. A (figura 7) mostra as

componentes do grupo “Trilha Raízes do Quilombo Brejão dos Negros” na sistematização dos pontos representativos para elaboração do mapa dos expoentes turísticos da comunidade.

Figura 7 – Componentes do Grupo “Trilha Raízes do Quilombo Brejão dos Negros” – elaboração da ferramenta participativa



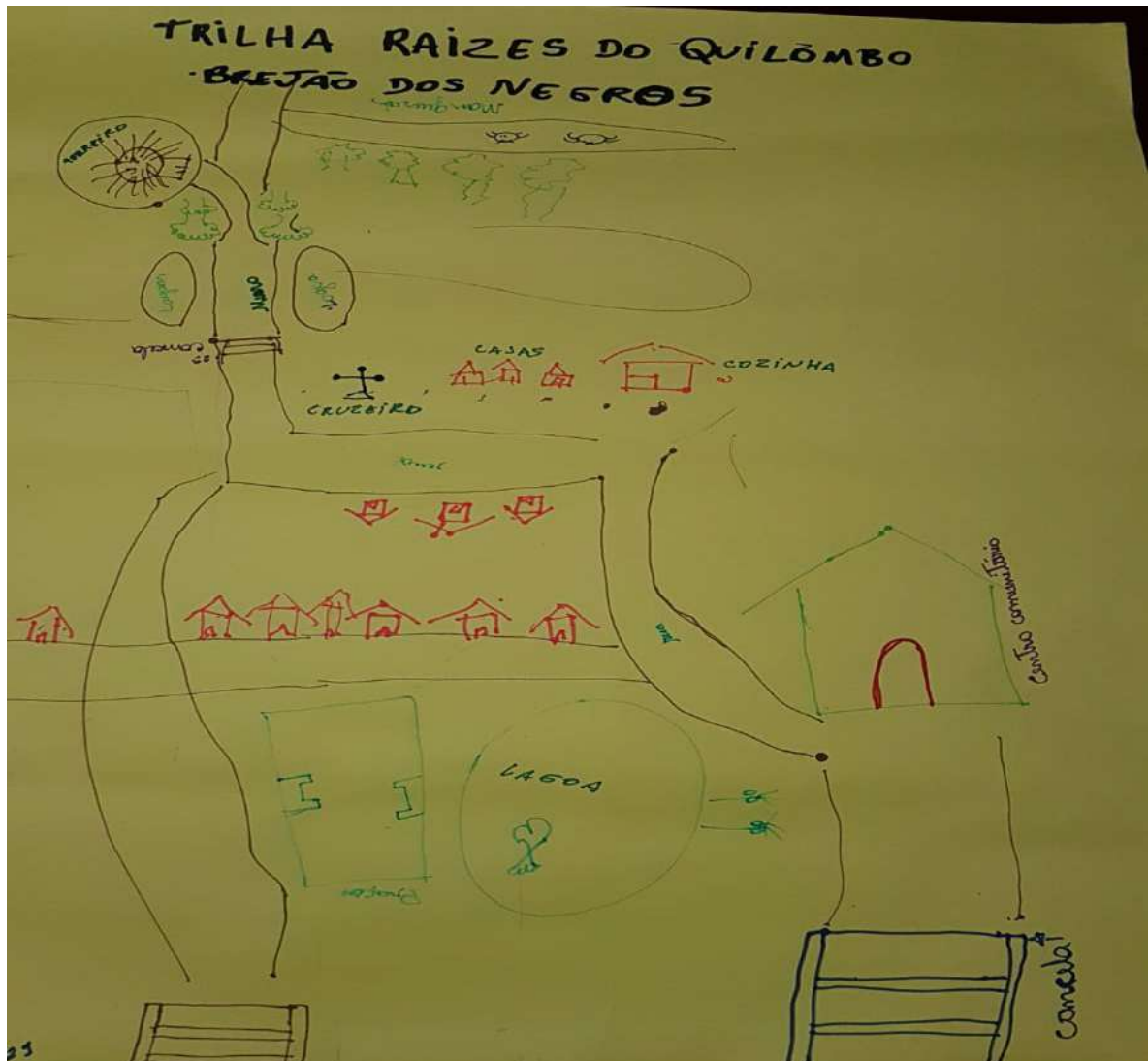
Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos Agroecológicos – NEA/IFS (2022).

Através da elaboração do Mapa das atividades turísticas da comunidade, as participantes do primeiro grupo retrataram o caminhamento feito na área de preservação permanente (APP) na comunidade. Segundo o grupo “Trilha Raízes do Quilombo Brejão dos Negros”, ao chegar na comunidade, os visitantes são recepcionados no Centro Comunitário de Brejão dos Negros (espaço comunitário coletivo) com um café animado por cantigas regionais entoadas pelas *Dandaras*. Neste momento são repassadas as orientações sobre a visita. Posteriormente, os visitantes seguem em direção ao Cruzeiro (local de orações e cânticos religiosos) chegando na Cancela de acesso a mata (local do ritual de permissão para adentrarem na mata), onde inicia o caminhamento dentro da APP.

No mapa foram indicadas as lagoas, as espécies vegetais arbóreas típicas da região, o “terreiro” de manifestações religiosas de matriz africana e o mangue com sua biodiversidade, entre outros locais de parada obrigatória durante o caminhamento.

Para desfrutar do roteiro das trilhas, o turista deve fazer um agendamento prévio, quando é cobrada uma taxa no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por pessoa. A (figura 8) mostra o mapa elaborado pelo grupo “Trilha Raízes do Quilombo Brejão dos Negros”.

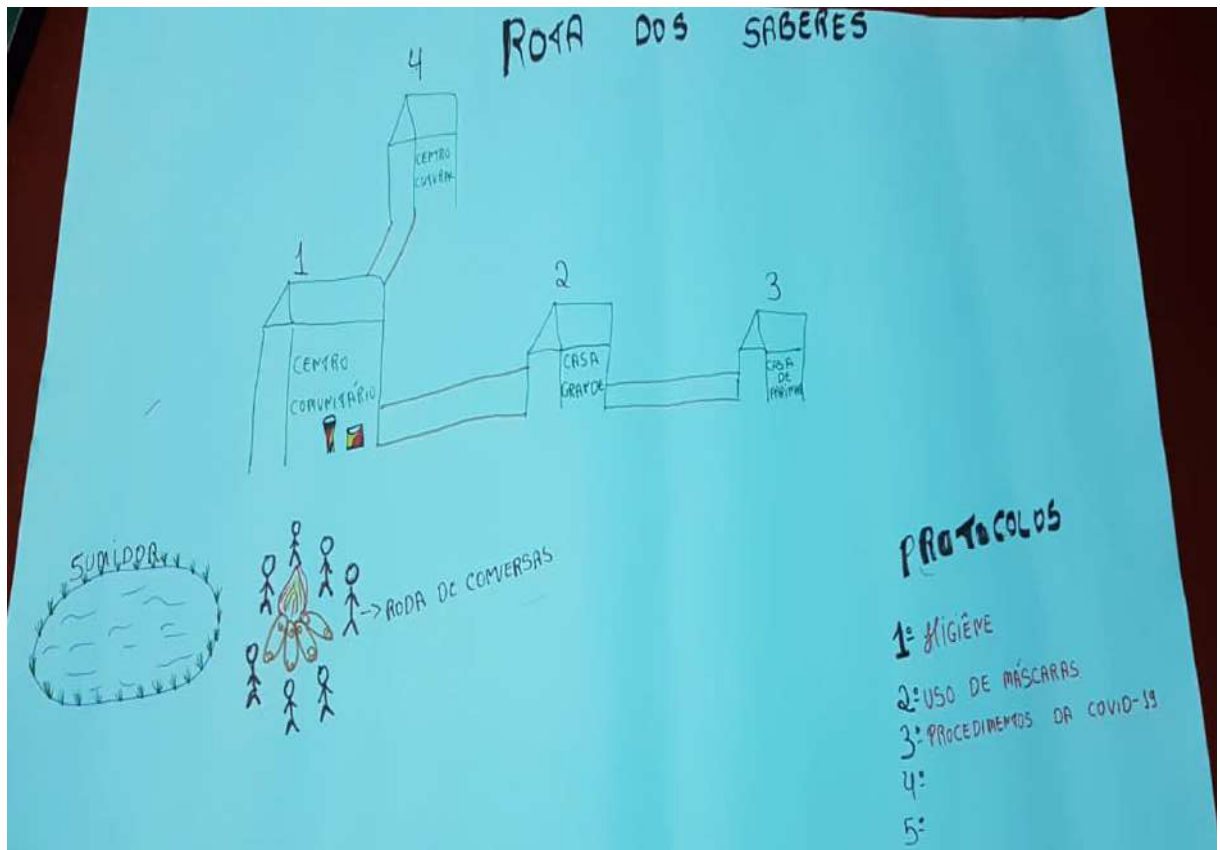
Figura 8 – Mapa elaborado pelo grupo Trilha Raízes do Quilombo Brejão dos Negros



Fonte: NASCIMENTO, Irinéia (2022).

O segundo grupo “Rota dos Saberes” apresentou como pontos turísticos de visitação, a Casa Grande e a Casa de Farinha. As participantes do grupo relataram que, a atividade de visitação a estes pontos, também se inicia no Centro Comunitário Brejão dos Negros. Os turistas/visitantes que pretendem conhecer os elementos da cultura dos quilombolas, realizam um roteiro em direção ao lado direito do Centro. Ao chegar na Casa Grande e na Casa de Farinha, os turistas/visitantes conhecem a história do quilombo e suas tradições, contadas pelas *Dandaras*. A (figura 9) mostra o mapa elaborado pelo Grupo “Rota dos Saberes”.

Figura 9 - “Mapa elaborado pelo o Grupo Rota dos Saberes”



Fonte: NASCIMENTO, Irinéia (2022).

As componentes do grupo relataram que, atualmente, a Casa Grande (figura 10) estava fechada necessitando de alguns reparos estruturais, fator que limita o acesso do turista no interior da casa. A taxa de ocupação da Casa Grande é em média de vinte pessoas, no entanto antes da pandemia, já foi visitada por um grupo de sessenta pessoas. A ocorrência de visitações com um número elevado de pessoas neste local foi reconhecida pelas *Dandaras* como um risco de contágios e propagação da COVID-19 e outras doenç as virais.

De acordo com o coletivo de mulheres, na Casa de Farinha (figura 11) o turista/visitante pode participar do processamento da mandioca em farinha e outros derivados, constituindo assim, uma vivência do cotidiano dos agricultores locais em um espaço de troca de saberes e de sabores. De acordo com Cardoso (2021), a diversidade de vivências que os roteiros comunitários proporcionam para os excursionistas e turistas, possibilita uma imersão autêntica e memorável no modo de vida tradicional destes grupos.

Figura 10 - Casa Grande



Fonte: ANDRADE, Geislane (2022).

Figura 11 – Casa de Farinha

Fonte: ANDRADE, Geislane (2022).

As componentes enfatizaram que a comunidade também oferece serviço de *cama e café*. O turista/visitante que pernoitar na comunidade pode desfrutar de roda de conversa sobre as crenças e tradições locais, ouvir as cantigas entoadas pelo grupo, em volta de uma fogueira que é armada próxima a uma lagoa conhecida localmente como lagoa “Sumidoro” (figura 12). Sobre a lagoa, segundo as integrantes o nome da lagoa reporta a uma história antiga da comunidade, que um homem estava em um carro de boi e tanto o carro quanto os bois foram engolidos pela lama do lago e nunca foram encontrados. O homem sobreviveu. Essa e outras histórias que fazem do imaginário coletivo local são contadas pelas *do imaginário coletivo local são contadas pelas Dandaras*.

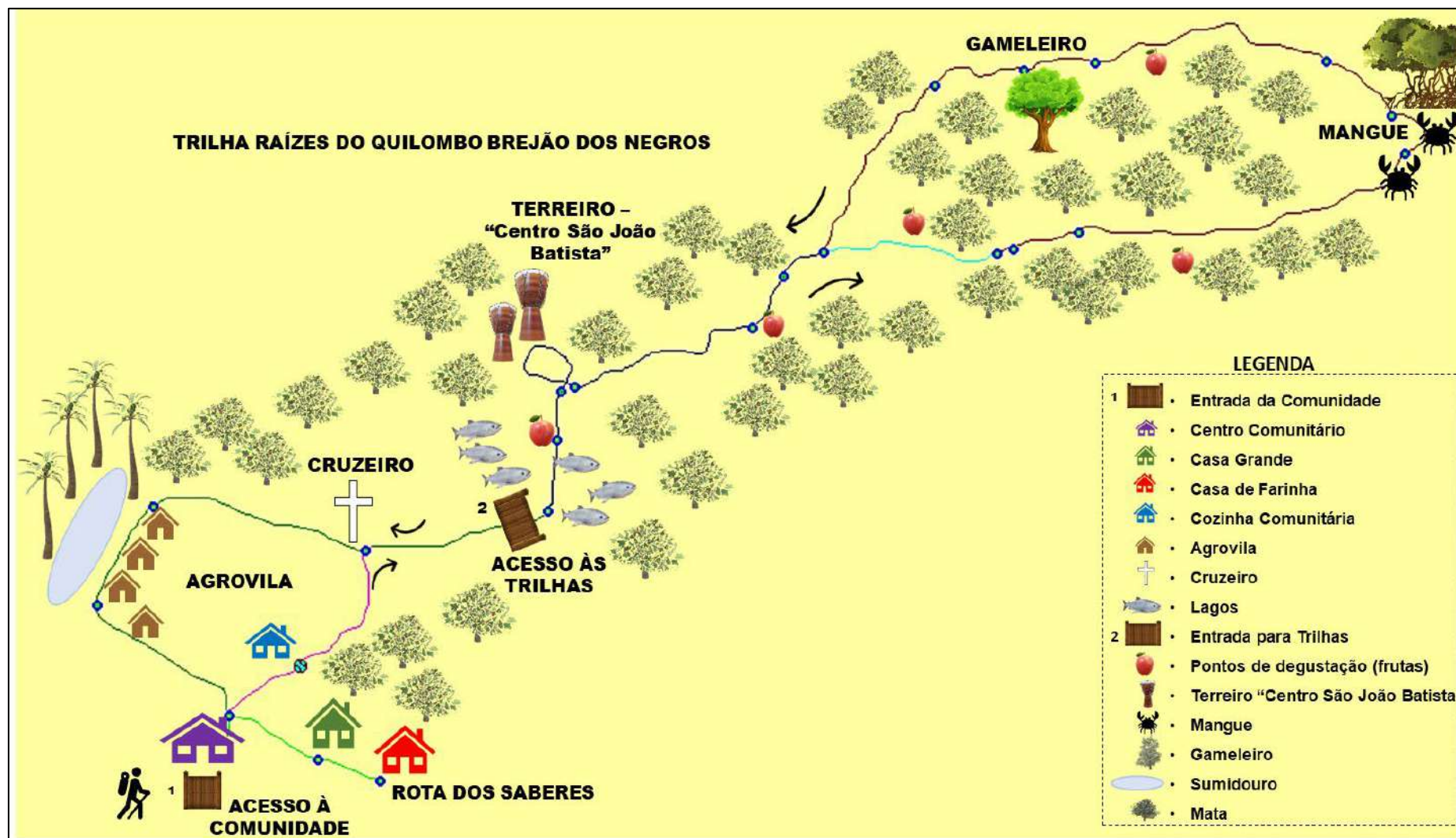
Figura 12 – Lagoa Sumidouro - Comunidade Santa Cruz, Território Quilombola Brejão dos Negros Negros



Fonte: ANDRADE, Geislane (2022).

A sistematização dos mapas turísticos elaborados pelas componentes dos dois grupos, é possível de ser visualizada através da (figura 13), que reúne os atrativos com os pontos de visitação na comunidade. Observou-se, no entanto, os quintais produtivos da comunidade não foram elencados pela comunidade como atrativos turísticos.

Figura 13 – Sistematização dos Roteiros Turísticos da Comunidade Santa Cruz



Elaboração: ANDRADE, Geislane (2022). Adaptado do GPS Garmin eTrex 10x.

Os grupos “*Trilha Raízes do Quilombo Brejão dos Negros*” e “*Rotas dos Saberes*”, trouxeram pontos em comum na discussão quanto a realização destas atividades turísticas frente a ocorrência da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19). As *Dandaras* afirmaram que souberam da ocorrência da pandemia através dos meios de comunicação (televisão, rádio e internet) e que, tomaram a decisão de fechar as portas da comunidade para as atividades de turismo a partir da determinação do Ministério da Saúde, seguindo as recomendações da OMS suspendeu todas as atividades não essenciais, determinando o isolamento social.

Vale ressaltar que, a determinação do governo se deu através do Decreto Legislativo nº 6/2020, sancionado no dia 20 de março de 2020 pelo Senado Federal, institucionalizou a ocorrência da emergência de saúde pública de nível internacional relacionando a COVID-19 como calamidade pública no Brasil (BRASIL, 2022).

As *Dandaras* frisaram que, a pandemia causou impacto tanto no aspecto social, quanto no econômico das famílias. Considerando que, uma das fontes de renda da comunidade é resultante das atividades de TBC, com isso observou-se um empobrecimento acentuado entre as famílias. Os produtos artesanais que antes eram comercializados durante as visitas e levados às feiras de turismo, tiveram suas vendas suspensas. Ainda, nem todas as famílias conseguiram ter acesso ao auxílio emergencial, fator que potencializou ainda mais a situação de vulnerabilidade social da comunidade.

Quanto ao processo de imunização à COVID -19, as *Dandaras* afirmaram que, todos da comunidade receberam a primeira dose da vacina. Atualmente, a maioria dos comunitários já tiveram acesso a segunda dose de imunizantes. Com a flexibilização das medidas de isolamento social medidas preventivas, as atividades de TBC reiniciaram com a adoção de medidas preventivas preconizadas pela OMS, ou seja, uso de máscaras e a utilização de álcool gel disponibilizado durante a recepção do turista no Centro Comunitário. No decorrer dos dois trajetos, não são disponibilizados álcool gel e nem máscaras para os visitantes.

5.3.1 A percepção das Dandaras sobre o TBC durante e no pós pandemia e a perspectiva de elaboração de um protocolo de Biossegurança

A ferramenta participativa Matriz SWOT/FOFA foi aplicada em julho de 2021, junto às *Dandaras*, permitindo retratar a compreensão das mesmas sobre o turismo praticado no local, e os reflexos da elaboração de um protocolo de biossegurança. A oficina intitulada: “*Nossa União Faz a Força no TBC*” contou com a participação de doze componentes do coletivo de mulheres e de membros do NEA/IFS que auxiliaram na orientação do trabalho (figura 14):

Figura 14 – Apresentação da Matriz F.O.F.A/ SWOT



Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos Agroecológicos – NEA/IFS (2022).

O (quadro IV) apresenta a organização das informações coletadas durante a oficina. Conforme consenso coletivo, a descrição feita pelas participantes respeitou a realidade local, e visão do grupo de como se dá as “interferências” positivas e negativas no exercício do TBC na comunidade de Santa Cruz.

QUADRO IV – SWOT/F.O.F.A: “NOSSA UNIÃO FAZ A FORÇA”

| Quais as Fortalezas? | Quais as Fraquezas? |
|---|---|
| Organização do Grupo Resgate da Cultura Cozinha Comunitária do Turismo Atrativos Naturais Produtos Artesanais | Falta de Capacitação Primeiros Socorros Saneamento básico Qualidade da água |
| Quais as Oportunidades? | Quais as Ameaças? |

| | |
|---|---|
| Divulgação das Atividades de TBC Voltar a Participar de Feiras Artesanais Alcançar o Público-Alvo | Pandemia Estrada Vicinal Chuvas Desmatamento Invasão das terras quilombolas |
|---|---|

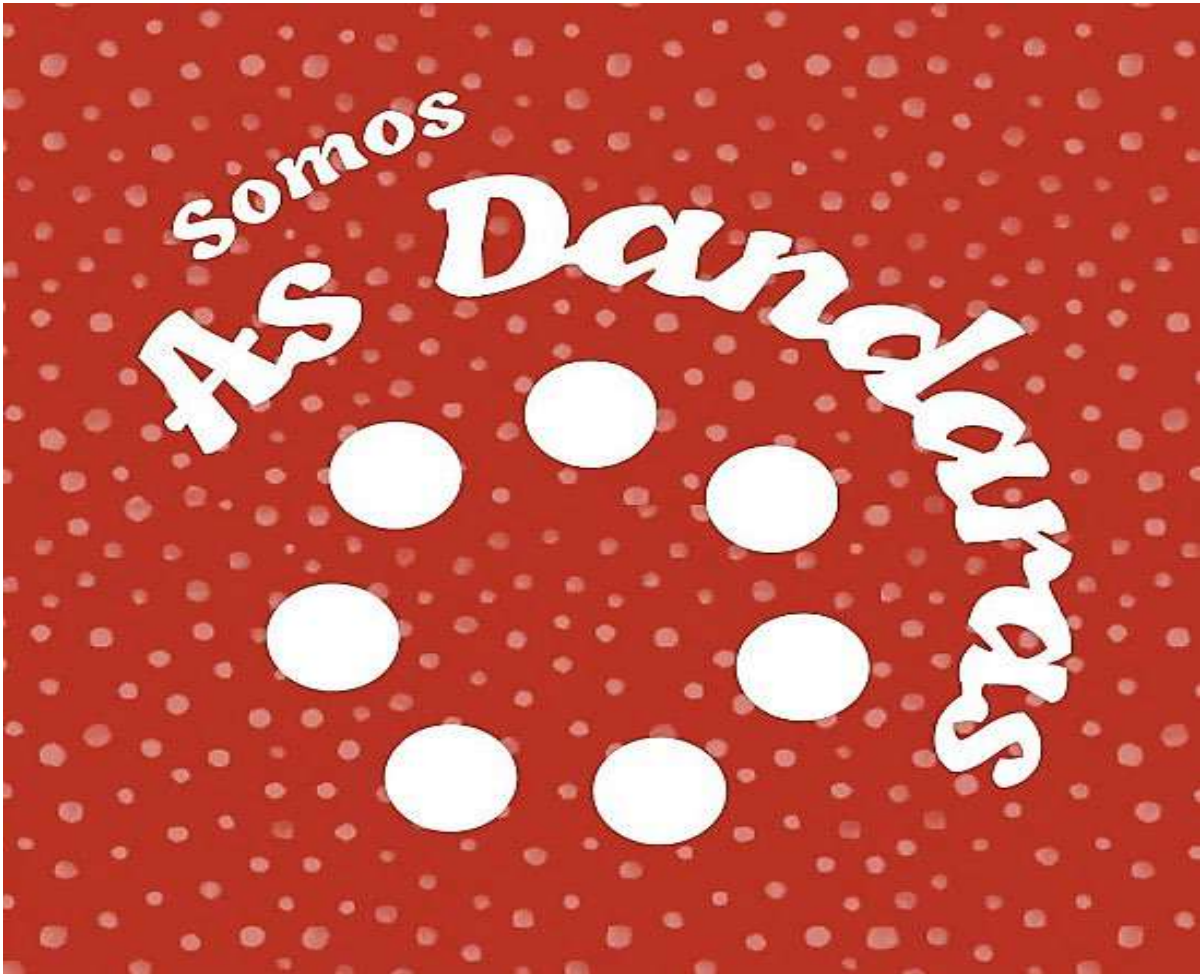
Elaboração: ANDRADE, Geislane (2022).

As participantes identificaram a organização do grupo como uma das fortalezas do turismo e possibilita a elaboração e execução coletiva do protocolo de biossegurança. Citaram também o resgate da cultura quilombola que, além de um atrativo é uma forma de garantir continuidade da história, despertando o interesse das novas gerações para que se mantenha a identidade cultural. Ressaltaram que, a migração dos jovens na busca de oportunidades de emprego e estudos em outras cidades tem sido corriqueira e muitos acabam não retornando para comunidade.

Outro ponto de destaque foi a Cozinha Comunitária do Turismo, uma conquista fomentada pelo projeto Dom Távora, que busca potencializar as atividades do TBC e incentivar a identidade gastronômica, a partir da elaboração de pratos como o peixe assado na folha do Imbé e o bolo da mesma planta. É visto também como fortaleza o desenvolvimento das habilidades individuais e coletiva como trabalho artesanal de crochê, bolsas, cestas, vassouras, bebida alcoólica fermentada, doces e geleias, farinha de mandioca e seus derivados.

Como oportunidades o grupo enfatizou a possibilidade de divulgar as atividades do TBC e suas produções nas redes sociais, voltar a participar de feiras, onde poderá alcançar o público que se interessa por esse tipo de turismo. As *Dandaras* possuem páginas em redes sociais (figura 15), como o *Instagram* e o *facebook*, alimentadas por uma das integrantes do grupo. Nestes meios de comunicação são divulgadas as atividades de turismo possibilitando um contato direto com o público externo.

Figura 15 - Representação Virtual Das Dandaras



Fonte: Página @as_dandaras_no Instagram²

No tópico sobre fraquezas, o grupo sinalizou a falta de capacitação de primeiros socorros quanto a perspectiva de implantação de um protocolo de biossegurança no local. A necessidade foi identificada principalmente pelas componentes que fazem a condução pelas trilhas. Outros problemas apontados foram a coleta do lixo pela administração municipal e a falta de água encanada.

Segundo as participantes da oficina, a coleta dos resíduos sólidos na comunidade ocorre a cada quinze dias, causando acúmulo de lixo e potencializando odores nos espaços de visitação. Quanto ao abastecimento de água, este é feito quinzenalmente através do carro pipa. Isto tem reflexo na manutenção e higienização dos ambientes, a exemplo dos banheiros e das cozinhas utilizadas durante as visitas. Outra questão colocada como fraqueza e ameaça à saúde coletiva foi a

² Disponível em [@as_dandaras_TBC - Brejão dos Negros \(@as_dandaras\)](#) • Fotos e vídeos do Instagram Acesso em 11 de nov. 2022.

falta de saneamento básico, fator que interfere na qualidade de vida de toda comunidade.

Por fim, no ponto sobre ameaças, o grupo destacou a falta de pavimentação da estrada de acesso a comunidade, que acaba interferindo no tempo de chegada do turista na comunidade. Isso se agrava no período das chuvas, quando o deslocamento pela estrada se torna mais precário, tanto para os visitantes quanto para os membros da comunidade. Também foi citado a luta pela regularização fundiária que vem se arrastando por mais de uma década, tendo em vista que, a falta da titulação da terra impede o acesso a alguns direitos do povo quilombola. Perante as constantes ameaças e invasões das terras quilombolas, a falta da certificação impede que a comunidade procure medidas legais de proteção e combate essas ações.

O desmatamento foi sinalizado como um problema muito grave, pois afeta não só o bioma, mas a vida de toda a comunidade, considerando que o manguezal é o principal meio de sustento das famílias. A “invasão” dos posseiros que colocam cercas demarcando o espaço como privado impede a comunidade de transitar pelo território e em direção ao mangue. A pandemia foi mencionada como um desafio para todos, principalmente para o TBC, em função das atividades que foram suspensas e para reabrir as portas aos turistas/visitantes é preciso uma readequação na hospitalidade e formas de ofertar os atrativos local.

5.4 Caminhada Transversal: conhecendo os aspectos ambientais e de segurança das trilhas na Mata da Comunidade Santa Cruz

A caminhada Transversal foi realizada, no mês de março de 2022, no intuito de observar os aspectos ambientais e de segurança no percurso das trilhas. A caminhada Transversal em direção às duas trilhas iniciou-se na sede do Centro Comunitário (figura 16), e contou com a participação de três condutoras do grupo “As *Dandaras*”, com membros do NEA e dois bombeiros militares (um Subtenente e um Sargento), disponibilizados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe – CBM/SE, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe. A participação dos bombeiros possibilitou a identificação dos pontos de riscos de acidentes durante todo o percurso, contribuindo para a formulação dos procedimentos que deverão constituir o protocolo de biossegurança.

Figura 16 - Centro Comunitário da comunidade Santa Cruz/Brejão dos Negros



Fonte: Página @as_dandaras_no Instagram³

O Centro Comunitário tem um espaço amplo que permite a recepção dos visitantes oferecendo café e/ou almoço, dependendo do horário que o turista/visitante agendou com o grupo. Na ocasião da caminhada transversal, era facultativo o uso de máscara segundo decreto de Lei Nº 8986 de 23 de março de 2022, que dispõe *sobre a dispensa de utilização de máscaras de proteção respiratória, no âmbito do Estado de Sergipe devido à queda de números de casos da COVID-19 e a vacinação em andamento para toda população do estado* (SERGIPE, 2022). Desta forma, no Centro Comunitário foi disponibilizado apenas álcool gel para os participantes das trilhas.

Saindo do Centro Comunitário, o percurso segue pela rua Dona Cristina em direção às trilhas (figura 17). De acordo com as condutoras o nome da rua homenageia uma antiga moradora do quilombo já falecida. Ressaltaram ainda que, todas as ruas da comunidade levam o nome de anciões que fizeram parte da construção e organização da comunidade.

³ Disponível em [@as_dandaras_TBC - Brejão dos Negros \(@as_dandaras\)](#) • Fotos e vídeos do [Instagram](#) Acesso em 11 de nov. 2022.

Figura 17 – Rua Dona Cristina



Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos Agroecológicos - NEA/IFS (2022).

Nesta rua tem-se um ponto de visitação: a Cozinha Comunitária (figura 18) fomentada pelo projeto Dom Távora. Até o momento da visitação o local estava inadequado para utilização.

Figura 18 – Cozinha Comunitária



Fonte: ANDRADE, Geislane (2022).

Partindo da Cozinha Comunitária, seguindo pela rua dona Cristina o próximo ponto de parada é o cruzeiro onde são feitas orações, como rezas de vertente católica (figura 19).

Figura 19 – Cruzeiro Local de Manifestação Religiosa a Caminho das Trilhas



Fonte: ANDRADE, Geislane (2022).

Chegando na cancela que dá acesso a mata remanescente é revelado o sincronismo entre as religiões europeias e a de matriz africana entoando cânticos, rezas, saudação e pedido de permissão feito ao orixá Oxossi.

Ao iniciar o caminhamento a partir da cancela (figura 20) é orientado ao turista/visitante a regra da trilha: *“pode tocar, pode sentir, pode cheirar, mas não pode levar”* o que é oferecido a partir dali não pode ser levado, a exemplo das frutas que são degustadas no trajeto.

Figura 20 – “A cancela” Entrada para as trilhas



Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos Agroecológicos – NEA/IFS (2022).

O percurso da primeira trilha acaba no Terreiro “Centro São João Batista”. O terreiro é demarcado com cerca de arame e funciona a oito anos. Na ocasião, o Terreiro estava passando por reforma, sendo que o trabalho de reconstrução está sob a responsabilidade dos frequentadores do terreiro e de voluntários da comunidade. Na tradição o caboclo dono da casa é o Agiquiri e o regente é São João Batista (figura 21)

Figura 21 – Terreiro “Centro São João Batista”



Fonte: ANDRADE, Geislane (2022).

Durante o trajeto da Trilha do Terreiro foi observado a falta de sinalização e de setas indicativas, ou seja, não existe sinalização visual, como placas, setas ou alguma forma de autoguiamento. Verificou-se também, a ocorrência de insetos (pernilongos, cupins, marimbondos formigas, entre outros), além da possibilidade do turista/visitante deparar com animais silvestres e peçonhentos. Na busca de sanar este problema, especialmente dos insetos voadores, as *Dandaras* confeccionam um defumador tendo como base a resina da árvore *Amescla* (*Protium heptaphyllum*), que exala uma fumaça aromática. Segundo as condutoras, a fumaça afasta os maus espíritos e os insetos.

A resina elemi ou Amescla do Brasil é empregada como incenso (rituais religiosos), medicina popular, analgésico, cicatrizante, expectorante e na preparação de bálsamos e vernizes. O produto é extraído por incisões nas cascas das árvores das quais dimana um líquido de odor aromático de cor branca com ligeira tonalidade esverdeada. O seu cheiro deve-se a elevada porcentagem de óleo essencial de fácil inflamação (RIZZINI e MORS, 1976).

Após a visita ao Terreiro “Centro São João Batista”, inicia-se a Trilha do “Gameleiro” (figura 22). A denominação da trilha faz alusão a uma árvore secular e lendária na região. Em direção a árvore Gameleira (*Ficus adhatodifolia*) (figura 23), foi observado os mesmos riscos da primeira trilha, ou seja, falta de sinalização, setas, ocorrência de insetos, possibilidade de encontro com animais peçonhentos e silvestres.

Figura 22 – Seguindo para Trilha do Gameleiro



Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos Agroecológicos - NEA/IFS (2022).

Figura 23 – Árvore que dá nome a Trilha do Gameleiro



Fonte: ANDRADE, Geislane (2022).

Durante o percurso foi possível verificar a ocorrência de formigas denominadas como “trinca cunhão” ou “formiga de estalo” (*Odontomachus Bauri*). A respeito desta formiga, a comunidade tem várias histórias que foram passadas pelos ancestrais e são reproduzidas até hoje, sendo mais um atrativo na trilha. Segundo as *Dandaras* os ancestrais contavam que se alguém matar uma formiga “trinca cunhão” anoitece mais cedo.

A “trinca cunhão” possui uma picada bem dolorosa, podendo inchar e causar coceiras no local, trazendo risco a quem tiver algum tipo específico de alergia. As mandíbulas são grandes e especializadas na captura de presas, como cupins e até mesmo formigas em seus ninhos. Além de ser um bioindicador, associada ao seguimento da mata tropical, elas se espalham geograficamente por todo o espaço,

denotando a organização das comunidades locais de diversos insetos (CREPALDI, 2011, p. 36-37).

Durante o percurso as *Dandaras* explanam sobre a cultural e história local, entoação de cantigas e rezas. As condutoras relataram a possibilidade de os turistas/visitantes depararem com animais peçonhentos, como: cobras, aranhas, escorpião, entre outros, e silvestres como: micos, morcegos, camaleões e outros. Há relatos da ocorrência das espécies: jiboia, caninana, cobra cega, salamanta, coral e jaracuçu - as duas últimas são venenosas e já houve caso de acidente – picada de cobra venenosa por membros da comunidade nas imediações que leva as trilhas.

Diante relato das condutoras, o conflito pelo espaço do território impede a comunidade de ter acesso ao manguezal, onde são realizadas atividades de extrativismo (cata de caranguejo e de moluscos) necessários para o sustento das famílias. Ainda, relataram sobre a intensificação do processo de salinização das águas e dos solos provocadas pelas ações antrópicas na região.

Foi possível verificar uma limitação de circulação no mangue devido a demarcação de áreas com cercas (figura 24). Assim, para alcançar alguns pontos do mangue foi necessário fazer desvio na trilha. A alternativa é passar pelas áreas úmidas e escorregadiças e de maior inclinação, onde são encontradas grandes raízes de árvores com possível risco de acidentes.

Figura 24 - Mangue demarcado por cercas



Fonte: ANDRADE, Geislane (2022).

No decorrer de toda trilha é possível visualizar a diversidade do ecossistema, com vegetação típica do local, a exemplo do Imbé ou Trepadeira, cujo cipó é usado para amarração e tapagem das casas, fabricação de chapéus, balaios, cestas, entre outros fins. A folha do Imbé é utilizada na gastronomia local para assar peixe e nas receitas de bolos. Durante o trajeto as condutoras oferecem frutas aos turistas para degustação como: Cambuí (*Myrcia selloi*), Pitaia (*Hylocereus undatus*) (figura 25), Ubaia (*Eugenia Glandulosa*), Amescla (*Protium Heptaphyllum*) e Ouricuri (*Syagrus Coronata*).

Figura 25 – Pitaia fruta local

Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos Agroecológicos - NEA/IFS (2022).

Após a Caminhada Transversal foi possível sistematizar de forma participativa, as informações observadas no decorrer das duas trilhas através da elaboração do diagrama (quadro V):

QUADRO V – CARACTERÍSTICAS DAS TRILHAS TURÍSTICAS NA COMUNIDADE SANTA CRUZ

| Características | Trilha do Terreiro | Trilha do Gameleiro |
|-----------------------------|---|--|
| Solo | Arenoso | Arenoso/alagadiço |
| Vegetação | Restinga | Restinga e Manguezal |
| Animais | Silvestres, peçonhentos e insetos | Silvestres, peçonhentos e insetos |
| Fonte de água | Rio Paraúna e lagoas | Rio Paraúna |
| Problemas ambientais | Corte indiscriminado de madeiras, queimadas | Corte indiscriminado de madeiras, queimadas, delimitação clandestina de áreas de APP |

| | | |
|-----------------------------------|--|---|
| Riscos à saúde e segurança | Falta de sinalização do percurso Declividade do terreno | Falta de sinalização do percurso Falta de identificação das espécies vegetais utilizadas como alimento Declividade do terreno |
| Soluções | Divulgação de medidas preventivas junto aos turistas Curso de capacitação em primeiros socorros Curso de guiamento | Divulgação de medidas preventivas junto aos turistas Curso de capacitação em primeiros socorros Curso de guiamento |

Elaboração: ANDRADE, Geislane (2022).

De acordo com Manual de Trilhas: Um Manual para Gestores (2008), a Trilha do Terreiro a e Trilha do Gameleiro são classificadas como linear. Uma característica da trilha linear é o cruzamento dos turistas/visitantes em pontos específicos, podendo encontrar o grupo que está retornando da caminhada. É o formato mais comum de trilhas, sempre levando a destinos como lagos, rios, mirantes, entre outros. As trilhas em questão são classificadas como guiadas, já que as condutoras vão direcionando o caminho contando a história ancestral e sobre o ecossistema local.

Quanto ao grau de dificuldade as trilhas se enquadram como fácil, de revelo plano, tendo inclinação em um dos trechos, mas que não exige um bom condicionamento físico do turista/visitante. No entanto, não há acessibilidade para pessoas com deficiências - PCDs.

Sobre a distância a ser percorrida as trilhas são consideradas longas em razão de estarem acima de 1.500 m. Foi possível coletar os dados com o auxílio do aparelho de *Global Positioning System – GPS (Sistema de Posicionamento Global) de modelo Garmin Etrex10*, a caminhada durou em média 2:h21 (duas horas e vinte e um minutos) e com o apoio do *GPS* foram marcados o trajeto e pontos de paradas, sinalizando a Trilha do Terreiro com uma distância de 1.51 km e a Trilha do Gameleiro com 1.90 km, computando um total de 3.41 km.

No *item* interpretação da trilha, que diz respeito a forma como elas são visitadas, classificam-se como de cultura por estarem trazendo a preservação da cultura tradicional e da biodiversidade local. O (quadro VI) traz a classificação das trilhas da comunidade Santa Cruz.

QUADRO VI – CLASSIFICAÇÃO DAS TRILHAS DO TERREIRO E TRILHA DO GAMELEIRO

| Classificação | |
|--|---|
| Forma da Trilha | Linear |
| Quanto a Função | Trilha Guiada |
| Grau de Dificuldade | Fácil |
| Quanto a Distância Percorrida | Trilha Longa (acima de 1.500m) |
| Relevo | Plano |
| Direção Medida por GPS (<i>Garmin eTrex10</i>) | Trilha do Terreiro: 1.51 km Trilha do Gameleiro: 1.90 km Total: 3.41 km |
| Sinalização | Sem nenhum tipo de comunicação visual |
| Interpretação da Trilha | Cultura |

Elaboração: ANDRADE, Geislane (2022). Adaptado do Manual de Trilhas: *Um Manual para Gestores* (2008).

5.5 Ações de promoção ao Protocolo de Biossegurança

No decorrer do trabalho, através das ferramentas participativas e entrevistas semiestruturadas, as *Dandaras* sinalizaram a necessidade de participarem de capacitação e/ou treinamento na área de saúde, tendo em vista, uma melhor operacionalização do Protocolo de Segurança. Diante desta demanda, foi firmado uma parceria com o Núcleo de Estudos Agroecológicos do Instituto Federal de Sergipe – NEA/IFS a Pró-reitora de Pesquisa e Extensão do IFS – PROPEX, que junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe - CBM/SE, promoveram uma oficina de Primeiros Socorros para Práticas Turísticas em março de 2022.

Ainda, no sentido de trazer maiores informações para comunidade sobre as doenças virais que assolam todas as regiões do Brasil como a COVID-19, *dengue e chikunguia*, foi firmado uma parceria do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo - PPMTUR/IFS, o Núcleo de Estudos Agroecológicos do Instituto Federal de Sergipe – NEA/IFS e a Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Sergipe – SES, em julho de 2022, para a promoção da palestra intitulada de “Cuidados preventivos diante a crise atual de saúde: doenças virais e Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA).

5.5.1 Oficina sobre Primeiros Socorros para Práticas Turísticas

A programação da oficina foi pautada em princípios técnicos de primeiros socorros e nas observações feitas durante o caminhamento na mata remanescente da comunidade, quando foram identificados os possíveis riscos à saúde do turista e dos membros da comunidade (Caminhada Transversal).

O CBM/SE colocou à disposição os dois bombeiros militares que participaram da aplicação da ferramenta Caminhada Transversal (*um Subtenente e um Sargento*), para ministrar a oficina de primeiros socorros para práticas turísticas, como facilitadores. O evento ocorreu no Centro Comunitário de Brejão dos Negros, com participação aberta para todos os membros da comunidade e teve a participação das integrantes das *Dandaras*.

Os facilitadores iniciaram a explanação destacando a importância dos cuidados e a responsabilidade de prestar socorro a uma vítima de acidente, exemplificando para as atividades de turismo (turistas/visitantes que fazem a trilha ou se hospedam na comunidade). Foi frisado que é prioridade garantir, de forma preventiva, os cuidados com a saúde de todos envolvidos na ação. Assim, o socorrista que deve manter o cenário adequado para realizar os primeiros cuidados, mantendo a calma e transmitindo segurança a vítima (figura 26).

Figura 26 – Explicação introdutória do minicurso sobre os Primeiros Socorros



Fonte: ANDRADE, Geislane (2022).

Foram demonstrados os tipos de técnicas e como agir em casos de picadas de animais peçonhentos, desmaios, engasgos, quedas, fraturas, contusões, choque por descarga elétrica, parada cardíaca, sangramentos, entre outros problemas passíveis de ocorrer durante os roteiros na comunidade. A programação constou também de exercícios práticos de demonstração de massagem cardíaca, utilizada nos casos em que a vítima não estiver respirando e inconsciente. Ainda, foram apresentados os procedimentos adequados que devem ser tomados nos casos de fraturas ou de sangramentos. A (figura 27) mostra os procedimentos referentes à massagem cardíaca e controle de sangramento.

Figura 27 - Procedimentos de primeiros socorros (A) massagem cardíaca; (B) controle de sangramento



Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos Agroecológicos - NEA/IFS (2022).

Foi sugerido pelos bombeiros, que as *Dandaras* organizassem um “kit” básico para as condutoras das trilhas composto de: gaze, atadura, tesoura, pinça, álcool 70 (álcool etílico hidratado 70% INPM), esparadrapo e luvas. Da mesma forma, foi orientado tanto para as condutoras quanto para o turista/visitante fazerem uso de roupas fechadas, calçados para trilhas, proteção para cabeça, uso de repelentes, e levar água potável durante os percursos. Ainda, foi recomendado manter o uso de álcool gel ou álcool 70% para assepsia das mãos, e o uso da máscara, (em casos suspeitos de síndrome gripal), assim como buscar atendimento adequado nos pontos de referência da secretaria de saúde municipal ou estadual.

Os participantes da oficina assistiram atentamente e tiveram a oportunidade de participar das demonstrações de cuidados. Afirmaram que as técnicas aprendidas trarão qualidade aos serviços prestados, tornando o ambiente mais seguro e atrativo, colaborando com as atividades de TBC na comunidade de Santa Cruz.

O evento foi certificado pela PROPEX – IFS, fato que contribui para o fortalecimento e credibilidade do grupo e das atividades de turismo local.

5.5.2 Palestra sobre cuidados preventivos de saúde para práticas turísticas

A palestra foi ministrada pela Diretora de Vigilância em Saúde e Gerente de Endemias da Secretaria Estadual de Saúde - SES, que trouxe a luz informações sobre as doenças virais e Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA) e cuidados preventivos. Segundo o Ministério da Saúde, as DHTA:

são aquelas causadas pela ingestão de água e/ou alimentos contaminados. Existem mais de 250 tipos de DTHA no mundo, e a maioria delas é infecções causadas por bactérias e suas toxinas, vírus e parasitos intestinais oportunistas, além das intoxicações exógenas causadas pelo consumo de substâncias químicas presentes nos alimentos (MS, 2021 p. 20).

Neste contexto, foram passados dados sobre doenças que vêm acometendo atualmente as populações a exemplo da Hepatite Viral A (*HAV*), Hepatite Viral E (*HEV*), e a Esquistossomose ou Xistose, popularmente conhecida como Barriga d'água ou "Doença do Caramujo". Ainda, sobre as DTHA, foram destacadas a hepatite A e a hepatite E, que tem como principal meio de transmissão de forma fecal-oral, sendo também transmitida pelo sexo oral-anal, consumo de alimentos, água contaminadas e mal higienização das mãos principalmente após o uso do banheiro e antes da alimentação.

Figura 28 – Palestra sobre doenças virais e Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA)



Fonte: NASCIMENTO, Irinéia (2022)

Outrossim, a palestrante elucidou como uma pessoa adquire a infecção por esquistossomose. A transmissão se dá por pessoa infectada que ao evacuar libera ovos do verme pelas fezes, que tem como hospedeiros caramujos. A infecção se dá quando o ser humano entra em contato com a água onde existam caramujos infectados pelos vermes causadores da esquistossomose. De acordo com MS (2021), a esquistossomose é uma doença parasitária, diretamente relacionada ao saneamento precário, causada pelo *Schistosoma mansoni*. Estas informações foram de suma importância para comunidade, visto que, a população local habitualmente toma banhos em rios, lagos, riachos e represas da região.

Foi sinalizado a importância da higienização dos alimentos, tanto para quem consome quanto para quem os manipula. Ainda foi recomendado o uso da água sanitária (hipoclorito de sódio), para a desinfecção dos materiais, utensílios e ambiente, salvaguardando a dosagem correta. Também foi destacado o uso do limão ou vinagre na higienização das verduras e frutas e a forma correta de armazenamento do pescado, que deve ser refrigerado com gelo feito com água tratada.

Quanto a higiene pessoal foi recomendada que o manipulador de alimentos mantenha mãos e unhas limpas, uso de tocas e máscaras. Em decorrência da falta de água encanada na comunidade, algumas famílias possuem poço artesiano em suas moradias. Diante disso foi recomendado o uso de hipoclorito nos reservatórios, visando a qualidade da água para consumo.

Figura 29 – Materiais informativos (SES)



Fonte: ANDRADE, Geislane (2022).

Durante a palestra foram distribuídos matérias informativos produzidos pela SES (folhetos, cartilhas e uma revista) voltados para prevenção de doenças virais, meios de higienização de água, ambiente e alimentos. A cartilha *Cuidados com a Água para Consumo Humano* traz orientações de como utilizar o hipoclorito de sódio a 2,5%. Do mesmo modo *Os Passos para Limpeza da Sua Caixa D'água e Cisternas* mostra a forma correta de fazer a higienização das caixas e o uso do hipoclorito pós limpeza. Estas informações são importantes para toda a comunidade, tendo em vista, a

ausência de água encanada e tratada (figura 29). Já a revista orienta sobre os cuidados e risco eminente do mosquito *Aedes Aegypti* que transmite a *Dengue*, *Chikungunya* e *Zika*.

Por fim, foram expostos os riscos e cuidados preventivos contra a COVID-19, trazendo a importância em manter todos esses protocolos de biossegurança orientados pela Organização Mundial da Saúde – OMS para o TBC, ou seja, manter distanciamento social, uso de máscara em ambientes fechados, fazer assepsia das mãos e o uso do álcool gel ou álcool 70% constantemente. Foi destacado a importância de tomar os imunizantes (vacinas) contra a COVID-19 e outras doenças, pois mesmo vacinados ainda existe o risco de óbito quando infectado.

6.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de assistência do governo federal frente a crise sanitária do COVID-19 reflete na realidade da comunidade Santa Cruz e especialmente no desenvolvimento do turismo. A falta de vacinas, falta de normas técnicas de saúde para prevenção e mitigação da COVID-19 e de normas preventivas para práticas turísticas em comunidade rural de gestão comunitária, atrasou o retorno às atividades. Isso agravou o processo de empobrecimento da comunidade, tendo em vista que o turismo colabora para a renda das famílias locais. Ainda, afetou de forma determinante a venda dos produtos agrários e não agrários nos principais centros de comercialização de inserção da comunidade.

As *Dandaras*, mesmo diante da fragilidade e falta de políticas públicas e/ou fomentos do governo, permanecem na luta em defesa do território quilombola. O turismo pode ser entendido como um reforço a essa luta, considerando o fator de visibilidade do local que o turismo proporciona. O grupo de mulheres se destaca na condução das atividades de turismo na comunidade, com seus recursos naturais e culturais de remanescente de quilombo. O artesanato, as trilhas com a degustação de frutas local, a culinária quilombola, as rodas de conversas com causos ancestrais e a hospitalidade com cama e café são atrativos passíveis de proporcionar ao visitante/turista experiências únicas e levar ao entendimento dos valores materiais e imateriais encontrados na região e a necessidade de preservá-los.

As medidas de proteção contra a COVID-19 e demais riscos à saúde são necessárias para auxiliar as condutoras e os turistas/visitantes, tendo em vista, o contato direto com o ecossistema e entre as pessoas. Onde, o mau uso do solo contribui com o surgimento de novos surtos de pandemias devido à falta de equilíbrio do ecossistema gerado por intervenção direta do homem com permissão velada pelo estado. No complexo dos atrativos ofertados, as orientações de biossegurança possibilitarão uma experiência personalizada e segura evidenciando o comprometimento da comunidade com a saúde da parte e do todo.

As *Dandaras* se mostram dispostas a superar as suas deficiências, como também, as demandas locais afim de tornar o turismo mais eficiente e seguro. Durante o percurso da pesquisa, elas participaram de todas as oficinas de forma notória mostrando consciência e lucidez sobre a necessidade dos cuidados preventivos contra a COVID-19 e demais riscos à saúde. Contribuíram de forma participativa na

troca de saberes agregando valor as suas atividades turísticas e na confecção do produto tecnológico e na capacitação em primeiros socorros voltado as práticas turísticas.

A formalização de parcerias no decorrer da pesquisa é importante para o fortalecimento do coletivo e para desenvolvimento do turismo na comunidade. As parcerias firmadas com o Núcleo de Estudos Agroecológicos – NEA/IFS, Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe - CBM/SE, e com a Secretaria Estadual de Saúde – SES, contribuiu para o despertar das Dandaras sobre questões de saúde pública que implicam na segurança das atividades de turismo. Este novo olhar da comunidade, impulsiona os movimentos junto aos órgãos públicos na busca de melhorias da infraestrutura da comunidade e de ações de que impulsionam o turismo, a exemplo da pavimentação e sinalização das estradas vicinais de acesso à comunidade, esgotamento e fornecimento contínuo de água encanada.

REFERÊNCIAS

ALESE - Assembleia Legislativa Do Estado De Sergipe - **Plano de Desenvolvimento do Estado de Sergipe 2020-2030**. Abril | 2021.

BARRETO, Margarida. **Cultura e Turismo**: Discussões contemporâneas. São Paulo: Papyrus, 2007.

BARTHOLO, Roberto, SANSOLO, Davis Grauber e BURSZTYN, Organizadores – **Turismo de Base Comunitária**: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BENI, Mario Carlos (org.). **Turismo, Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão**. Barueri: Ed. Manole, 2012.

BERTOLDI, M. R., & BRAGA, F. R. (2011). **Saberes Costumeiros Associados à biodiversidade e comunidades tradicionais enquanto indicadores de desenvolvimento sustentável**. *Anais do XX Encontro Nacional do CONPEDI*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2384-2399.

BRASIL. **Constituição Federal: Senado federal, 1988**.

BRASIL. Ministério do Turismo. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Associação de Cultura Gerais Manual para o desenvolvimento e a integração de atividades turísticas com foco na produção associada**. — Brasília: Ministério do Turismo, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Biossegurança em saúde**: prioridades e estratégias de ação / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 242 p. : il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria Conjunta nº 8, de 29 de Junho de 2004. **Define o Teto Financeiro de Vigilância em Saúde- TFVS e dá outras providências**. Diário Oficial da União 2004; 12 jul.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis. **Vigilância epidemiológica das doenças de transmissão hídrica e alimentar**: manual de treinamento / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. **Pólo dos Coqueirais**. Revisão do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS. *Secretaria de Estado do Turismo*, (2013) 1-458.

BRASIL. **Protocolo de Manejo Clínico do coronavírus (COVID-19) na atenção primária à saúde Brasília**: MS; 2020. versão 7.

BRASIL, Resolução Nº. 8, de 20 de novembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação**

Básica. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica,[2012b].

BOEF, W.S. e M.H. THIJSSSEN, 2007. Ferramentas participativas no trabalho com cultivos, variedades e sementes. Um guia para profissionais que trabalham com abordagens participativas no manejo da agrobiodiversidade, no melhoramento de cultivos e no desenvolvimento do setor de sementes. Wageningen International, 87 pp.

BUTLER, R. **Sustainable tourism:** A state-of-the-art review. *Tourism Geographies*, 1(1): 7 -25. 1999.

CERQUEIRA, Luciano. **Guia do Diagnóstico participativo.** (Desenvolvimento de material didático ou instrucional –(Cartilha). Flacsu Brasil, 2015.

CONCEIÇÃO, Hericondio Santos. **Uso do Território e a Questão Fundiária Quilombola em Sergipe** - 2019.

CRUZ, Tereza Almeida. **“Mulheres da Floresta do Vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente.”** *Revista Estudos feministas*.vol.18 nº.3 Florianópolis. Setembro/dezembro. 2010.

CREPALDI, Rafael Aparecido et al. **Bioindicadores de qualidade do solo em agroecossistemas.** 2011.

DAGNINO, Renato (org.). *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade.* 2 ed. Campinas: Komedi, 2010.

DIOGO, Vera. **Dinâmicas de inovação social e suas implicações no desenvolvimento espacial:** três iniciativas do terceiro setor no Norte de Portugal. 2010. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em riscos, cidades e ordenamento do território 2009/2010, Universidade do Porto, Porto, Portugal. 2010.

FABRICIO, N. H. **Turismo de base comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos.** 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FAUSTINO, DM. **A equidade racial nas políticas de saúde.** *In:* BATISTA, LE. WERNEK, J, LOPES, et al., organizadores. *Saúde da População Negra.* Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 62-114.

FGV Projetos. **Impacto Econômico do Covid-19 Propostas para o Turismo Brasileiro.** Projetos Ebape, 2020.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro.** *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, vol. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GOLVEIA, R.; PALMA, J. J.; **SUS**: na contramão do neoliberalismo e da exclusão social, Dossiê Saúde Pública, v.13, n.35, p.139-146, jan/abril1999.

GÓMEZ, Carla Regina Pasa; FALCÃO, Mariana Cavalcanti; CASTILLO, Leonardo Augusto Gómez; CORREIA, Suzanne Nobrega; OLIVEIRA, Verônica Macário de. **Turismo de Base Comunitária como Inovação Social**: congruência entre os constructos. *In*: Pasos: Revista de Turismo y Patrimônio Cultural, vol. 13, n. 5, p.1213-1227, 2015.

GONÇALVES, Leandro Augusto Pires, et al. "Saúde coletiva, colonialidade e subalternidades-uma (não) agenda?." **Saúde em Debate** 43 (2020): 160-174.

GROSSI, Patrícia Krieger et al. Mulheres Quilombolas e ss Interseccionalidades de Gênero, Raça/Etnia e Classe Social: Violação de Direitos Humanos e Resistências. **Neoliberalismo e Desigualdade Social: Reflexões a partir do Serviço Social**, 2020.

GUARDIA, Mabel Simone et al. **Efeitos da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no setor turístico da região Nordeste do Brasil**. 2022.

IRVING, M de A. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?**. *In*: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SAN SOLO, D. Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras. Ed. Letra e Imagem, 2009.

IRVING, Marta de Azevedo. MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. **Turismo de Base Comunitária**: A participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil - Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE). Caderno Virtual de Turismo. Vol. 4, N° 4 (2004).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAURER, Angela Maria. **As dimensões de inovação social em empreendimentos econômicos solidários no setor de artesanato gaúcho**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. **Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde**: uma solução em defesa do local herdado. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 289-301.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa; PEGAS, Fernanda Vasconcellos. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. **Turismo em Análise**, v. 24, n. 1, p. 170-189, abr. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. *In*: _____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.

MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária**: desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS. Política Nacional de Promoção da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde Secretaria de Atenção à Saúde, 3ª edição. Série B. **Pactos pela Saúde** 2006, v. 7 Brasília – DF, 2010.

MOTA, Dalva Maria...[et al.] **A mangabeira as catadoras o extrativismo/**. - Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. 297 p.: il.; 23 cm. ISBN: 978-85-87690-95-1

NASCIMENTO, Irinéia Rosa do. ANDRADE, Geislane Santos. **Condições de Biossegurança e as Atividades de TBC Desenvolvidas na Comunidade Quilombola Santa Cruz/Brejão dos Negros-SE**. XIX Seminário Anptur: Passado, presente e futuro da pesquisa em turismo no Brasil. Recife, 2022. Anais Anptur/ISSN 23596805.

NEA - Núcleo de Estudos Agroecológicos do IFS. **Relatório de Projeto Criação Agroecológica de Galinha de Capoeira**: Fortalecimento da Agricultura Familiar e Empoderamento de Mulheres e Jovens em Comunidades Rurais de Sergipe., CNPq, 2019, 65p.

NORONHA, Raquel Gomes. Era uma vez no quilombo: narrativas sobre turismo, autenticidade e tradição entre artesãs de Alcântara (MA). **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 43-60, mai. 2015.

OLIVEIRA, A. A. N.; DIÓGENES, C. M.; ALMEIDA, D. M. F. Lazer e protagonismo social: uma experiência de turismo comunitário no nordeste brasileiro. **Cadernos de Geografia**, n. 43, p. 67-80. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **Introdução ao turismo**. Trad. Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

PINHEIRO, Rafaella C. dos Santos. – **Turismo de Base Comunitária no Território Quilombola Brejão dos Negros/SE**: Uma Proposta de Desenvolvimento Turístico Local - Aracaju, 2018.

PONTES, Maria Cristina Cordeiro Lopes; STEWARD, Angela May. Invisibilidade da pluriatividade da mulher quilombola: o caso de Moju-Miri. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 13, n. 2, p. 186-207, 2020.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: Santos BS, Meneses MP, organizadores. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez; 2010 p. 84-130.

- REIS, Ana Carla Fonseca; URANI, André. Cidades criativas–perspectivas brasileiras. **Cidades criativas: perspectivas. São Paulo: Garimpo de soluções**, p. 30-37, 2011.
- RIZZINI, Carlos Toledo; MORS, Walter B. **Botânica econômica brasileira**. 1976.
- ROCHA, Karla Cristina Eiterer., ROCHA, Enilce do Carmo Albergaria. **A Literatura e a Representação Feminina em Dandara, a Heroína Negra de Palmares**. IPOTESI, JUIZ DE FORA, v.23, n.1, p. 43-54, jan./jun. 2019.
- SANTOS, Maira Fernanda Dos Anjos. Protagonismo de Mulheres Afrodescendentes das Comunidades Quilombolas De Campo Grande-MS, 2020.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAQUET, Marcos Aurelio. SILVA, Sueli Santos. **MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território**. Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42. Disponível em [ARTIGOSAQUETdefinitivo \(uerj.br\)](http://www.artigosaquetdefinitivo.uerj.br).
- SCHIMANSKI, Édina. Pesquisa-ação como instrumento de pesquisa social crítico-emancipatória. *In*: BOURGUIGNON, Jussara Ayres. (org.). **Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009. p. 85-98.
- SCÓTOLO D., PANOSSO, N. - **Contribuições do Turismo para o Desenvolvimento Local** – Revista de Cultura e Turismo. Ano 9 - nº 01 - Fev (2015).
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar [online]. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. **Estudos Rurais** series, 252 p. ISBN 978-85-386-0389-4. Available from doi: 10.7476/9788538603894. Also available in PUB from: <http://books.scielo.org/id/b7spy/epub/schneider-9788538603894.epub>.
- SILVA LOPES, Ivonete da et al. Mulheres Quilombolas e ausência de comunicação intercultural para o enfrentamento da Covid-19. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 20, n. 38, 2021.
- SILVA, Roseane Amorim da; ARAÚJO MENEZES de, Jaileila. Relações étnico-raciais e educação nas comunidades quilombolas. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 3, p. 1-17, 2018.
- SILVESTRE, M. J. **Mulheres do Assentamento Padre Nestor: história de luta e emancipação no contexto da agricultura familiar**. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia. Instituto Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.
- SIMÕES CARDOSO, Tássio. **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO BRASIL: UMA PRÁXIS EDUCATIVA DECOLONIAL E TRANSMODERNA**. In: Congresso Internacional e Congresso Nacional Movimentos Sociais & Educação. 2021.

SOUZA, Marcelino de. **Turismo Rural: fundamentos e reflexões** [recurso eletrônico]/ Marcelino de Souza e Tissiane Schimidt Dolci; coordenado pela SEAD/UFRGS – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

SOUZA PAIVA, Tawani Mara de; EITERER, Carmem Lucia; VENCATO, Anna Paula. Mulheres quilombolas na comunidade do Córrego do Meio e a busca pela educação formal. **Revista Teias**, v. 21, n. 62, p. 10-22, 2020.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

VERDEJO, Miguel Expósito Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP/ por Miguel Exposito Verdejo, revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. Editora Elefante, 2020.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático – DRP**. Brasília: MDA/ Secretaria de Agricultura Familiar, 2010. 62 p: il.

<https://al.se.leg.br/secretario-apresenta-acoes-voltadas-para-o-crescimento-do-turismo/> - . Ações previstas para o crescimento do turismo no estado de Sergipe. ALESE. Acesso em 04 de setembro 2022

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/e/esquistossomose-1> Ministério da Saúde (2021). Conceito e cuidados da doença Esquistossomose. Acesso em 20/09/2022.

[IBGE | Cidades@ | Sergipe | Panorama](#) Dados sobre estado de Sergipe. Acesso em 26 de agosto de 2020.

<https://coronavirus.saude.gov.br/> novo coronavírus SARS-CoV-2, que desenvolve a doença COVID-19. Acesso em 27 de agosto de 2020.

<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais>. Segurança alimentar como direito das comunidades tradicionais. Acesso em 28 de agosto de 2020.

[Página Inicial — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#) O movimento financeiro do turismo em 2019 no Brasil. Acesso 28 de agosto de 20:20.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11105.htm Lei Nacional de Biossegurança, Normas de segurança e mecanismos que envolvam organismos geneticamente modificados. Acesso em 01 de setembro de 2020.

https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1998/res0287_08_10_1998.htm a importância da ação interdisciplinar no âmbito da saúde. Acesso em 04 de setembro de 2020.

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.565-de-18-de-junho-de-2020-262408151> Estabelece orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19 acesso em 05 de setembro de 2020.

https://www.se.gov.br/setur/noticia/sergipe_conseguiu_cadastrar_61_3_dos_seus_municipios_no_mapa_do_turismo. Mapa do turismo do estado de Sergipe. acesso em 10 de setembro de 2020.

https://www.se.gov.br/uploads/download/filename_novo/1222/92d4fd71b5ff0d129c0cd512c623f16b.pdf. SETUR - Plano Estratégico do Governo de Sergipe, 2019 – 2022 acesso em 22 de setembro de 2020.

<https://antigo.mma.gov.br/biodiversidade/conven%C3%A7%C3%A3o-da-diversidade-biol%C3%B3gica/protocolo-de-cartagena-sobre-biosseguranca.html>. As necessidades de proteção do meio ambiente e da saúde humana. Acesso em 19 de março de 2021.

[Decreto nº 5705 \(planalto.gov.br\)](#) acessado em 19 de março de 2021. Promulgação do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica.

[Lei nº 11.105 \(planalto.gov.br\)](#) Lei que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM. Biossegurança. Acesso em 21 de março de 2021.

[Ministério da Saúde \(saude.gov.br\)](#) [O que é uma pandemia - Bio-Manguinhos/Fiocruz || Inovação em saúde || Vacinas, kits para diagnósticos e biofármacos](#) . Orientações gerais ao controle e à mitigação da COVID-19 acessado em março de 2021.

[Ministério da Saúde \(saude.gov.br\)](#) resolução nº 287/98 sobre os profissionais de nível superior constitui um avanço no que tange à concepção de saúde e à integralidade da atenção básica. Acesso em 25 de março de 2021.

[Terra Quilombola Brejão dos Negros | Observatório Terras Quilombolas \(cpisp.org.br\)](#). CPISP - acessado em 07 de setembro de 2021.

[Turismo Responsável| SELO](#). Selo de Turismo Responsável. Acessado em 22 de outubro de 2021

[Lei Nº 8986 DE 23/03/2022 - Estadual - Sergipe - LegisWeb](#) Lei referente a flexibilização do uso de máscara Sergipe. Acesso em 5 de maio de 2022.

[DLG6-2020 \(planalto.gov.br\)](#). Decreto março de 2020, o determinando a ocorrência do estado de calamidade pública. Acesso em 30 de maio de 2020.

APÊNDICES



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO IFS

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO

7. TERMO/REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr.º (a) _____ para participar como voluntário (a) da pesquisa **Análise do Turismo de Base Comunitária na Comunidade Santa Cruz, Município Brejo Grande – SE, Visando a Elaboração Participativa de um Protocolo de Biossegurança** que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) **Geislane Santos Andrade**, residente na Rua B1, Condomínio Recanto das Garças, nº 201, bloco X, Ap 03 – Bairro São Conrado e CEP 49-042844 – Telefone: (79) 9 9905-5343 e e-mail: santosandradegeis@gmail.com.

Também participam desta pesquisa os pesquisadores: Sob orientação da **Prof.ª Dr.ª Irineia Rosa do Nascimento**, Telefone: (79)98124-6546, e-mail:irineia.rosa@ifs.edu.br

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A proposta justifica-se pela importância da investigação diante a crise sanitária mundial gerada pela pandemia do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2), tendo como problematização, analisar os reflexos da pandemia nas atividades de TBC na Comunidade de Santa Cruz, no Território Quilombola de Brejão dos Negros. Pertencente as cidades de Brejo Grande e Pacatuba, Estado de Sergipe, no Nordeste do Brasil.

O objetivo geral do estudo surge a partir da análise das experiências de turismo realizadas no local com o intuito de Construir um Protocolo de Biossegurança para e com a Comunidade, visando a hospitalidade de turistas e visitantes de Santa Cruz no Território Quilombola Brejão dos Negros, em face da pandemia e pós-pandemia do Covid-19, em formato de uma Cartilha física e em *e-book*.

A presente pesquisa apresenta o método dialético. Para isso serão adotadas pesquisas bibliográficas, documental e de campo, pretende-se realizar uma média de seis visitas *in loco*, entre março e agosto de 2022.

Com intuito da obtenção de dados e a promoção de reflexões coletivas que subsidiarão a confecção da Cartilha. Assim, ocorrerão oficinas participativas, cumprindo todas as medidas sanitárias orientadas pelo Ministério da Saúde, para tanto, serão utilizadas ferramentas de Diagnóstico Rural Participativo (DRP), como a Matriz de Análise Ambiental – Matriz de Organização Comunitária e Matriz de Priorização dos Problemas, além de entrevistas semiestruturadas e a observação da pesquisadora dos fenômenos de ocorrência local. Onde a participação do público alvo, sendo o grupo que exerce o Turismo de Base Comunitária na comunidade de Santa Cruz, assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), permitindo a coleta de dados no decorrer das visitas e atividades.

A Cartilha de forma ilustrativa dará suporte as atividades cotidianas, podendo situar a comunidade como uma referência de turismo seguro e consciente, em face da pandemia e pós-pandemia do novo coronavírus (SARS- CoV-2), no atendimento ao setor turístico no estado do Sergipe.

A pesquisa busca fomentar benefícios a comunidade, através de informações e confecção participativa na elaboração do Protocolo de Biossegurança, tornando a comunidade uma referência de cuidados preventivos e atenção voltada a hospitalidade dos turistas/visitantes.



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO IFS

Poderá haver como riscos direto ao voluntário, o desconforto em responder questões sobre sua forma de exercer as atividades de TBC, assim como, ocupar seu tempo durante a coleta de dados. Buscando mitigar esses riscos, o entrevistador ficará atento e respeitando as falas do voluntário, perguntando de forma simples e objetiva para não ocupar o tempo além do necessário, e será permitido ao voluntário retirar o consentimento de uso dessa entrevista durante todo o processo de construção da pesquisa.

Quanto aos benefícios diretos para os voluntários a pesquisa pretende colaborar com a construção participativa coletiva, buscando fortalecer laços e empoderamento diante tomadas de decisões a favor da comunidade. E através da conscientização poder reproduzir os cuidados preventivos que serão traçados.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc), ficarão armazenados em (pastas de arquivo, computador pessoal), sob a responsabilidade do (pesquisador, orientador), no endereço (acima informado ou colocar o endereço do local), pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IFS no endereço: (Av. Jorge Amado, 1551 - Jardins, Aracaju - SE, 49025-330.: (79) 3711 – 1422e-mail: cep@ifse.edu.br).

_____ *Geislane Santos Andrade* _____
(assinatura do pesquisador)



CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado pela pessoa por mim designada, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do **Análise do Turismo de Base Comunitária na Comunidade Santa Cruz, Município Brejo Grande – SE, Visando a Elaboração Participativa de um Protocolo de Biossegurança**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

A rogo de _____, que é (deficiente visual ou está impossibilitado de assinar), eu _____ assino o presente documento que autoriza a sua participação neste estudo.

Local e data _____



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO IFS

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO

8. TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: **Análise do Turismo de Base Comunitária na Comunidade Santa Cruz, Município Brejo Grande – SE, Visando a Elaboração Participativa de um Protocolo de Biossegurança**

Pesquisador responsável: **Geislane Santos Andrade**

Instituição/Departamento de origem do pesquisador: **Instituto Federal de Sergipe/Departamento de Pós-Graduação - Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo.**

Telefone para contato: **3711-1871 / (79)9 9905-5343**

E-mail: **ppmtur@ifs.edu.br / santosandradegeis@gmail.com**

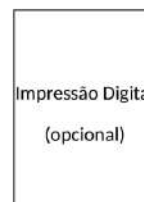
O pesquisador do projeto acima identificado assume o compromisso de:

- Garantir que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Instituto Federal de Sergipe (IFS);
- Preservar o sigilo e a privacidade dos voluntários cujos dados serão estudados e divulgados apenas em eventos ou publicações científicas, de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificá-los;
- Garantir o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais, além do devido respeito à dignidade humana;
- Garantir que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- Assegurar que os resultados da pesquisa serão anexados na Plataforma Brasil, sob a forma de Relatório Final da pesquisa;

Aracaju, 10 de Janeiro de 2022.

Geislane Santos Andrade _____

Assinatura Pesquisador Responsável





COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO IFS

ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE BREJÃO DOS NEGROS

9. TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO

Eu _____, CPF _____, e RG _____ depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, **os pesquisadores Geislane Santos Andrade**, Sob orientação da **Prof.ª Dr.ª Irinéia Rosa do Nascimento**, do projeto de pesquisa intitulado "o (a) Sr.º (a) _____ para participar como voluntário (a) da pesquisa "Análise do Turismo de Base Comunitária na Comunidade Santa Cruz, Município Brejo Grande – SE, Visando a Elaboração Participativa de um Protocolo de Biossegurança" a realizar as fotos/filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

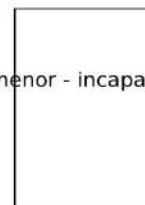
Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos/imagens (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Aracaju, em ____/____/____.

Entrevistado

Responsável Legal CPF e IDT (Caso o entrevistado seja menor - incapaz)

Pesquisador responsável pela entrevista





INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Pesquisa: Análise do Turismo de Base Comunitária na Comunidade Santa Cruz, Município Brejo Grande – SE, Visando a Elaboração Participativa de um Protocolo de Biossegurança.

Linha de Pesquisa: Turismo de Base Comunitária-TBC

Dados de Identificação

Entrevistada

Nome: _____ Idade _____

Data Nasc: ____/____/____. RG: _____ CPF: _____

Endereço: _____

Escolaridade: _____

Tele Contato: () _____

Questões Para Caracterizar os Sujeitos Sociais Que Exercem o TBC

1º) Quanto tempo faz parte das *Dandaras*? E o que levou a participar do grupo?

2º) Qual sua função nas atividades no TBC?

3º) Qual sua renda mensal? _____, e quanto acrescenta com as atividades de TBC? _____.

4º) Fale como grupo se prepara para receber o turista/visitante.

5º) Quais são os desafios/riscos que pode ocorrer durante uma visitaçào?



INSTITUTO
FEDERAL
Sergipe

**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

6º) Fale sobre os cuidados preventivos de contágio e propagação de SARS-CoV-2 (COVID-19) e outros vírus (h1n1, h3n2-gripe) nas atividades do TBC.

7º) No seu entendimento, é importante ter cuidado individual ou coletivo preventivo de contágio e propagação de SARS-CoV-2 (COVID-19) e outros vírus (h1n1, h3n2 - gripe)?

8º) Como se sente participando como uma *Dandara*?

9º) Sugestão para melhorar as atividades do TBC na comunidade.

Data ___/___/_____.

Entrevistado

Entrevistador

ORIENTAÇÕES DE BIOSSEGURANÇA PARA AS PRÁTICAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

TBC NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA CRUZ -
BREJO GRANDE/SE



ARACAJU - SE
ZOZZ


INSTITUTO
FEDERAL
Sergipe
Programa de Pós Graduação
de Mestrado Profissional
em Turismo


INSTITUTO
FEDERAL
Sergipe



FICHA TÉCNICA

AUTORA DO TEXTO

Geislane Santos Andrade
Mestranda do PPMTUR/IFS-Aracaju

Irinéia Rosa do Nascimento
Prof.ª Dr.ª do Instituto Federal de Sergipe/IFS

REVISÃO DO TEXTO

Alessandra Maria Silva Nascimento
Prof.ª M.Sc. do Estado de Sergipe

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Sidney Lourdes César Souza Sá
Bióloga, Especialista do Departamento de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Estadual da Saúde.

PROJETO GRÁFICO

Erick Gabriel Bomfim da Silva Santos

XILOGRAVURAS

Elias Santos

Andrade, Geislane Santos.

A553b Orientações de biossegurança para as práticas de turismo de base comunitária - TBC na comunidade Quilombola Santa Cruz – Brejo Grande /SE. /Geislane Santos Andrade. – Aracaju, 2022.

16p.-il.

1. Turismo. 2. Turismo de Base Comunitária. 3. Sergipe - Turismo.
I. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS.
II. Nascimento, Irinéia Rosa do. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Célia Aparecida Santos de Araújo
CRB 5/1030

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO..... | 4 |
| 2. A COMUNIDADE SANTA CRUZ DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA BREJÃO DOS NEGROS..... | 6 |
| 3. O TBC NA COMUNIDADE SANTA CRUZ..... | 8 |
| 3.1. DANDARAS: GUARDIÃS DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA | 8 |
| 3.2. Os ATRATIVOS TURÍSTICOS..... | 9 |
| 4. TBC - COM SEGURANÇA, VOCÊ O ENCONTRA NA SANTA CRUZ | 12 |
| 4.1. ORIENTAÇÃO PARA TURISTAS/VISITANTES..... | 13 |

APRESENTAÇÃO

Caro(a) Leitor(a),

Essa cartilha é o produto final da pesquisa intitulada: A Biossegurança como propulsora do Turismo de Base Comunitária - TBC na Comunidade Santa Cruz, Território Quilombola Brejão dos Negros/SE, apresentada ao Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Gestão de Turismo - PPMTUR do Instituto Federal de Sergipe – IFS. Trata de Orientações sobre Biossegurança elaborado, de forma participativa, pela pesquisadora Geislane Santos Andrade, orientada pela Prof.^a Dr.^a Irinéia Rosa do Nascimento e pelo grupo de mulheres *As Dandaras*, que conduzem as atividades de TBC na comunidade Santa Cruz pertencente ao Território Quilombola Brejão dos Negros.

No Território Quilombola Brejão dos Negros, as atividades de TBC proporcionam aos turistas/visitantes desfrutar de paisagens únicas e vivenciar aspectos da cultura quilombola. No entanto, com o advento da crise sanitária mundial, gerada pela Pandemia do Novo Coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que desenvolve a doença COVID-19, observou-se que os procedimentos de segurança em saúde preconizados pelo Ministério do Turismo não contemplavam todas as realidades do TBC, especialmente aquelas encontradas em comunidades tradicionais do espaço rural. Este fato motivou a confecção desta cartilha.

A Pandemia do Novo Coronavírus (COVID 19) desencadeou mudanças na condução do turismo, sobretudo no comunitário. A partir de então, o novo olhar para o setor considera a especificidade do TBC, que aqui se traduz pela maior proximidade e contato dos turistas/visitantes com os membros da comunidade. Consequentemente, este diferencial pode contribuir para disseminação de doenças virais.

Voltada para as experiências de TBC no Território Quilombola Brejão dos Negros, a cartilha se organiza com informações sobre a comunidade Santa Cruz, sobre o grupo de mulheres gestoras do TBC, *As Dandaras*, sobre os atrativos que são ofertados no local e as recomendações baseadas em normas de biossegurança de saúde pública e para o turismo.

Vale ressaltar que, a cartilha foi elaborada de forma multi e interdisciplinar, contando com as parcerias de instituições relacionadas à saúde e à segurança pública estadual, além do aporte financeiro da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão - PROPEX/IFS, a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe - FAPITEC e o técnico-científico do Núcleo de Estudos Agroecológicos do Instituto Federal de Sergipe – NEA/IFS.

Aqui você encontra as recomendações e os cuidados de biossegurança para as práticas turísticas na Santa Cruz, garantindo maior confiabilidade de sua visita à comunidade.

Enfim, desejamos que desfrute de todos os atrativos da comunidade com segurança.

Boa leitura,

Geislane Santos Andrade
Mestranda do PPMTUR

2. A COMUNIDADE SANTA CRUZ DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA BREJÃO DOS NEGROS



Fonte: Adaptado de PINHEIRO (2018)

O Território Quilombola Brejão dos Negros está localizado no Território Baixo São Francisco Sergipano/Foz do São Francisco, ao norte de Sergipe, na divisa entre o estado de Sergipe e de Alagoas. Ocupa uma área de 8.125,5558 hectares que perfaz os municípios Brejo Grande e de Pacatuba, circunvizinhos às cidades Ilha das Flores, Nossa Senhora de Lurdes no estado de Sergipe, e ao município alagoano Piaçabuçu. Penedo/Al, situado a 20 km a Sul-leste de Brejo Grande, é a maior cidade nos arredores.

Em torno de 486 famílias residem nas comunidades rurais Santa Cruz, Resina, Carapitanga, Guaratuba e Saramém que compõem o Território Quilombola.

O nome do Território Quilombola reporta a época da escravidão, quando da negociação entre os escravizados e os senhores dos engenhos locais. Era uma forma das pessoas escravizadas e alforriadas saírem das terras do engenho. Nestas áreas, surgiram o atual povoado Brejão dos Negros e as demais comunidades (PINHEIRO, 2018).

É na comunidade Santa Cruz (antiga fazenda Batateiras) que se concentram as atividades de turismo no Território Quilombola. A distância por via terrestre da capital sergipana, Aracaju, à comunidade é de 138 Km, aproximadamente 2 horas. O acesso se dá através da rodovia SE-100.

Na Santa Cruz, o turista/visitante pode desfrutar de uma diversidade ecológica, com

áreas remanescentes da mata atlântica, mananciais litorâneos, além das áreas de ocorrência de vegetação de cerrado e da caatinga.

O relevo é composto por dunas e alagadiços interligados aos mangues e também possui lagoas e formação de ilhas. A vasta paisagem natural faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte (PINHEIRO, 2018).

Além das belezas naturais da região, são desenvolvidas - de forma tradicional - atividades de agricultura, de pesca artesanal e de extrativismo que ocorre nos manguezais do Rio Paraúna e nos remanescentes da mata, formando um cenário propício para experiências e vivências no meio rural (NASCI-MENTO & ANDRADE, 2022).





3. O TBC NA COMUNIDADE SANTA CRUZ

3.1. DANDARAS: GUARDIÃS DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

O coletivo de mulheres quilombolas, denominado de "As Dandaras", é responsável pela gestão das atividades de turismo na Santa Cruz. O nome do grupo faz menção à representatividade e resistência de Dandara de Palmares, como a heroína que lutou em defesa e pelo ideal de liberdade do Quilombo de Palmares, (ROCHA & ROCHA, 2019).

São *As Dandara* que introduzem o turista/visitante nos locais de vida e de reprodução cultural do quilombo. Elas conduzem o turista/visitante pelas trilhas ecológicas na mata da comunidade, e promovem as visitas nos espaços de representatividade histórica e cultural.

Nestas ocasiões, os conhecimentos e saberes sobre a ancestralidade dos quilombolas e sobre as lendas que povoam o imaginário local, são repassados ao turista/visitante em rodas de conversas promovidas pelas anfitriãs. Ainda, se encarregam da oferta de produtos artesanais e das refeições, compartilhando os pratos tradicionais da culinária quilombola.

A partir do agendamento prévio na página oficial no *instagram* @as_dandaras_, ou através dos contatos telefônicos e *WhatsApp*: (79)9 9605-2517, (79)9 9638-6779, o grupo abre suas portas à hospitalidade do Turismo de Base Comunitária, ofertando também, o serviço de *cama e café* para aqueles que optam por vivenciar esse tipo de experiência.

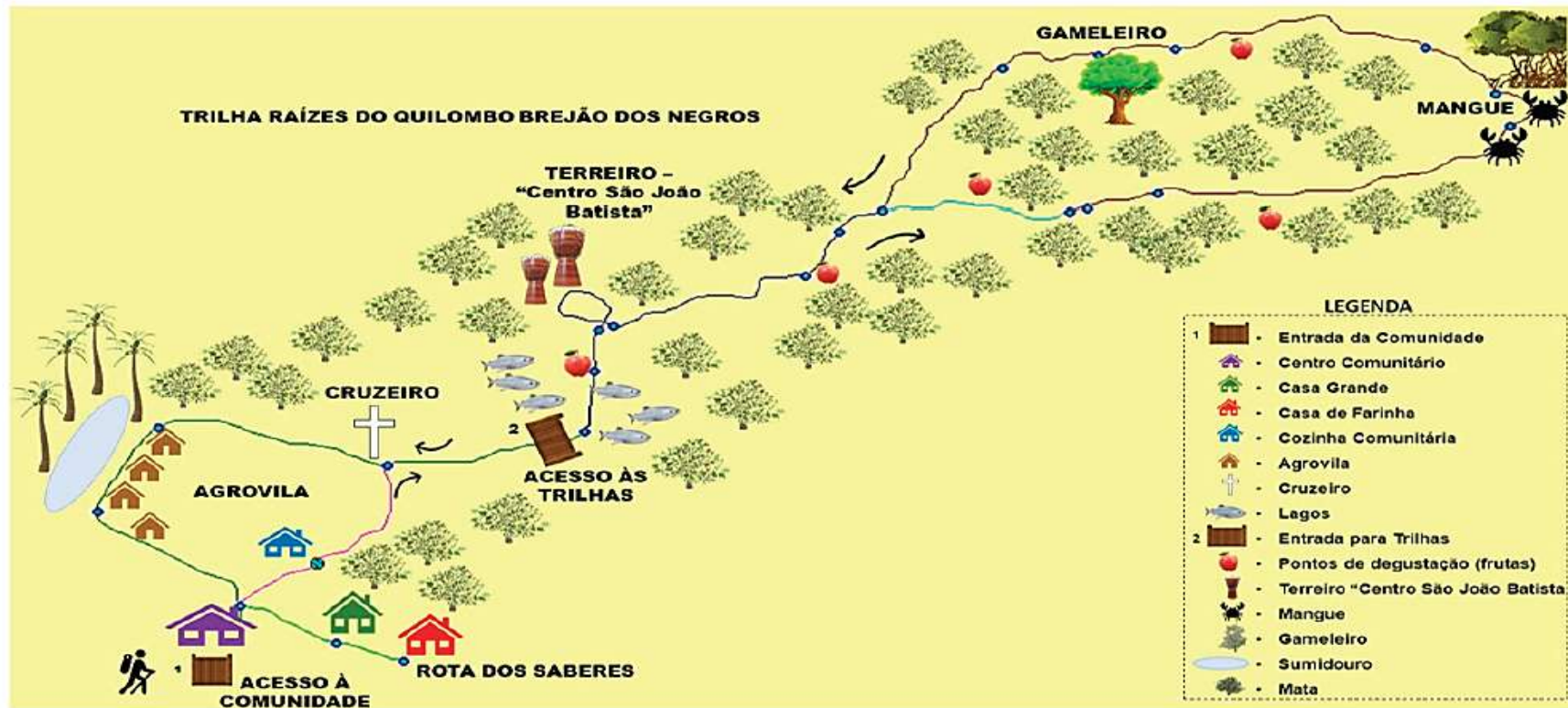
3.2. OS ATRATIVOS TURÍSTICOS



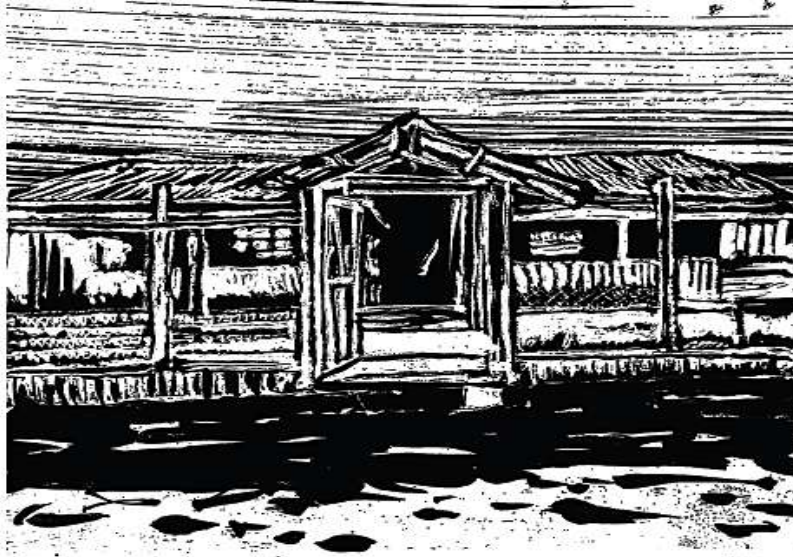
As atividades de turismo comunitário iniciam-se no Centro Comunitário de Brejão dos Negros, local da recepção dos visitantes.

A partir do Centro Comunitário tem-se as seguintes opções de visitação: a Trilha Raízes do Quilombo Brejão dos Negros na área de remanescente de mata atlântica, com um percurso de 3,41 Km, e de duração média de 2h41 min. A trilha é composta pelas sub trilhas: Trilha do Terreiro (1,51 Km) e do Gameleiro (1,90 Km). Outra opção é a Rota dos Saberes, com a visitação da casa grande e da casa de farinha, culminando em uma roda de conversa, à beira de uma fogueira ao lado da lagoa sumidouro, onde é contada histórias e cantigas do local.

ATRATIVOS: TRILHA RAÍZES DO QUILOMBO BREJÃO DOS NEGROS E ROTA DOS SABERES



Fonte: ANDRADE, Geislane/2022, adaptado do GPS Garmin eTrex r0x.



4. TBC - COM SEGURANÇA, VOCÊ O ENCONTRA NA SANTA CRUZ

Durante a visitação à comunidade Santa Cruz, o turista/visitante é cercado de cuidados com a sua segurança. A segurança no turismo comunitário tem como propósito promover a qualidade das atividades turísticas e a saúde de todos que dele participa.

As orientações aqui apresentadas são importantes para prevenção de propagação de doenças virais e para os demais riscos à saúde durante a sua visitação. Para melhor acolhimento, as Dandaras foram certificadas no curso de Primeiros Socorros, ofertado pelo Instituto Federal de Sergipe - IFS/ Núcleo de Estudos Agroecológicos em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe - CBM/SE.



4.1. ORIENTAÇÃO PARA TURISTAS/VISITANTES

Durante o período de visitação aos atrativos turísticos da comunidade de Santa Cruz, são recomendados:

- Ao chegar no Centro Comunitário apresentar o Passaporte da Vacina (Com no mínimo duas doses contra COVID-19);
- Utilizar álcool gel para higienização das mãos e dos objetos durante a estadia na comunidade. As Dandaras dispõem de álcool gel apenas no Centro Comunitário;
- Usar máscara de acordo com a legislação vigente na ocasião da visitação e também em caso de suspeita de resfriado ou gripe, evitando o contágio e propagação entre os turistas/visitante e os membros da comunidade.
- Utilizar repelente durante os percursos, pois é possível encontrar insetos voadores que podem causar reações alérgicas.
- Observar a presença de formigas nas vestimentas e calçados. Na região é comum a ocorrência da formiga "trinca cunhão" ou "formiga de estalo" que pode causar coceiras, inchaço quando picado por ela.

- Utilizar roupas apropriadas para a atividade, se possível, vestimentas com proteção solar UV;

- Usar calçados confortáveis e apropriados para trilhas, tendo em vista, a possibilidade de contato com animais peçonhentos durante o percurso. Embora as trilhas sejam classificadas como lineares e fáceis, elas são longas e possuem trechos de solos acidentados, oferecendo riscos de torções e quedas;

- Utilizar protetor solar e protetores para cabeça (bonés, chapéus, viseiras, badanas, e outros). Nos meses de verão, as temperaturas da região chegam acima de 30°C podendo alcançar até 36,7°C, com sensação térmica média de 30,9°C devido à umidade do ar que chega a 77%.

- Levar água potável para hidratação e higienização das frutas que são degustadas durante o percurso nas trilhas.

- Informar no agendamento da visita, se possui alguma comorbidade (diabetes, doenças cardíacas e respiratórias, hipertensão, etc.), como também alergias e restrições alimentares.

Obs.: O turista/visitante deve sempre seguir as orientações das condutoras, procurando não se desvincular do grupo, tendo em vista que as trilhas ecológicas não possuem auto guiamento.

Os banhos em rios e lagoas da comunidade só serão permitidos perante o consentimento das condutoras.

Ao iniciar o passeio, é orientado ao turista/visitante a regra das trilhas: "pode tocar, pode sentir, pode cheirar, mas não pode levar" o que é oferecido no decorrer do percurso não pode ser levado, a exemplo das frutas que são degustadas no trajeto.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Neise Mare de Souza. **Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do litoral norte do estado de Sergipe**—Diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território. 2010.

BRASIL. Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. **Lei de Biossegurança**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111105.htm. Acesso em 20 de abril. 2022.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA. **Quilombolas**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombola> Acesso em 20 de abril de 2022.

CONCEIÇÃO, Hericondio Santos. **Uso do Território e a Questão Fundiária Quilombola em Sergipe** - 2019.

NASCIMENTO, Irinéia Rosa do. ANDRADE, Geislane Santos. **Condições de Biossegurança e as Atividades de TBC Desenvolvidas na Comunidade Quilombola Santa Cruz/Brejão dos Negros-SE**. XIX Seminário Anptur: Passado, presente e futuro da pesquisa em turismo no Brasil. Recife, 2022. Anais Anptur/ISSN 23596805.

PINHEIRO, Rafaelle C. dos Santos. – **Turismo de Base Comunitária no Território Quilombola Brejão dos Negros/SE: Uma Proposta de Desenvolvimento Turístico Local** - Aracaju, 2018.

ROCHA, Karla Cristina Eiterer., ROCHA, Enilce do Carmo Albergaria. **A Literatura e a Representação Feminina em Dandara, a Heroína Negra de Palmares**. IPO-TESI, JUIZ DE FORA, v.23, n.1, p. 43-54, jan./jun. 2019.

REALIZAÇÃO:



APOIO:



SECRETARIA DE
ESTADO DA SAÚDE



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

